

NÁDIA BERNUCI DOS SANTOS

Consumo responsável e mobilização social: Estudo de caso da dinâmica comunicacional da Rede Ecológica do Rio de Janeiro

Dissertação de mestrado
Março de 2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

NÁDIA BERNUCI DOS SANTOS

Consumo responsável e mobilização social: Estudo de caso da
dinâmica comunicacional da Rede Ecológica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2013

Nádia Bernuci dos Santos

Consumo responsável e mobilização social: Estudo de caso da
dinâmica comunicacional da Rede Ecológica do Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós Graduação em Ciência da
Informação, convênio entre o Instituto
Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de
Janeiro / Escola de Comunicação, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Liz-Rejane Issberner

Rio de Janeiro
2013

S237r

Santos, Nadia Bernuci dos

Consumo responsável e mobilização social: Estudo de caso da dinâmica comunicacional da Rede Ecológica do Rio de Janeiro / Nádia Bernuci dos Santos, 2013.

106 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2013.

Orientadora: Liz-Rejane Issberner.

1. Redes de informação. 2. Movimento de consumidores
3. Consumo responsável. I. Título. II. Issberner, Liz-Rejane

CDD 303.4833

Nádia Bernuci dos Santos

Consumo responsável e mobilização social: Estudo de caso da
dinâmica comunicacional da Rede Ecológica do Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós Graduação em Ciência da
Informação, convênio entre o Instituto
Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de
Janeiro / Escola de Comunicação, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Ciência da Informação.

Aprovada em

Prof^a Liz-Rejane Issberner, Doutora. PPGCI – IBICT - UFRJ

Prof. Giuseppe Cocco, Doutor. PPGCI – IBICT - UFRJ

Prof^a Marta Irving. Doutora. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Social. UFRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família. À minha mãe que estará para sempre no meu coração e em mim como pessoa, por transmitir a curiosidade e ética, imprescindíveis para a conclusão deste trabalho. E além da saudade gigantesca que deixou, também ficaram seus ensinamentos e espírito alegre. Ao meu querido pai que, junto com minha mãe, e agora sem ela, me deu toda base para ser quem eu sou e me motiva para seguir em frente. Aos meus irmãos Eduardo e Livia, em quem confio plenamente e me asseguro tê-los ao meu lado em todas as alegrias e dificuldades.

À minha orientadora Liz-Rejane Issberner, pela excelente orientação, sua dedicação e compreensão nos momentos de dificuldade.

Aos integrantes da Rede Ecológica, pela disponibilidade e atenção dada para entrevistas, emails e demais contribuições fundamentais para o resultado final.

À todas as Pessoas da Sala de Jantar de S.Paulo e S.Carlos que me deram todo apoio e ótimos momentos nesse percurso. Principalmente Liz Cadamuro e Daniela Rueda que mesmo longe, contribuíram diretamente com esta dissertação.

Aos meus amigos de Jundiaí e do Rio de Janeiro, principalmente ao pessoal da biblioteca da Faculdade de Letras da UFRJ, Adriana Ornellas, Camila Antunes e Carina Volotão pelos bons momentos, auxílio nos maus e colaboração no andamento da dissertação.

Ao Rafael, que esteve ao meu lado o tempo todo com muito amor e companheirismo.

Aos meus colegas do mestrado do IBICT, principalmente Sandra, Paula, Tarcila, Mariana, Priscila, Dayo e Brenda.

Aos professores do IBICT Gilda Olinto, Maria Nélida Gonzalez de Gomez e Phillipe Lena que a partir de suas aulas permitiram ampliar meus horizontes e desenvolver o tema da dissertação.

SANTOS, Nadia Bernuci dos. **Consumo responsável e mobilização social**: Estudo de caso da dinâmica comunicacional da Rede Ecológica do Rio de Janeiro. 2013. 106f.. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, IBICT convênio com Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2013.

RESUMO

A presente dissertação aborda a dinâmica dos fluxos de informação de uma rede organizada em torno do consumo responsável. Parte de uma perspectiva ampla onde a questão ecológica emerge evidenciando a insustentabilidade do sistema de produção e consumo ante o esgotamento de recursos naturais. A partir daí, o tema da pesquisa aproxima-se de aspectos associados ao consumismo enquanto importante operador desse modelo de crescimento capitalista, trazendo para o debate a constituição de movimentos que se opõem ao consumismo e buscam uma transformação por meio de uma práxis social que contraria a lógica de mercado dominante. Nesse contexto, buscou-se nesse trabalho levantar alguns grupos que atuam no Brasil, identificar suas motivações e causas e assim propor categorias diferenciadas de grupos que, em comum, tem o fato combaterem o consumismo e apoiarem causas ecológicas. A partir daí, a dissertação selecionou para a elaboração de um estudo de caso um grupo de ativistas que se organizam num movimento denominado Rede Ecológica. Nesse estudo de caso buscou-se identificar, por meio de um mapeamento dos fluxos internos e externos de informações a dinâmica comunicacional da rede. Para realização desta investigação foi empregada a Análise de Redes Sociais que se baseou em elementos obtidos por meio de entrevistas e levantamentos in loco. Sem a pretensão de representar o conjunto de movimentos sociais no Brasil, que por meios diversos atuam contra o consumismo, o estudo de caso apresentado, descreve um dos elos finais de um debate que começa com a crise ecológica. Nesse sentido, uma contribuição da presente dissertação pode ser a de demarcar com uma das direções possíveis e necessárias para enfrentamento da crise ecológica, para além das políticas públicas, onde a organização espontânea e autônoma de pessoas reunidas em torno de causas comuns, atua como incubadores de novos projetos de sociedade.

Palavras chave: Redes de informação; movimento de consumidores; consumo responsável.

SANTOS, Nadia Bernuci dos. **Consumo responsável e mobilização social**: Estudo de caso da dinâmica comunicacional da Rede Ecológica do Rio de Janeiro. 2013. 106f.. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, IBICT convênio com Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2013.

ABSTRACT

This dissertation addresses the dynamics of information flows in a network of responsible consumption. With a broad perspective that the ecological question emerges showing the unsustainability of the system of capitalist production and consumption compared to the depletion of natural resources. The topic of research approaches aspects associated with consumption as an important operator that capitalist growth model, raising the debate of the formation of movements opposed to consumerism and mobilized for transformation through a social practice that goes against the logic of the capitalist market. In this sense, this work aimed to raise some groups that operate in Brazil, motivations and identify their causes and to propose different categories of groups, that have in common the opposition to consumerism and support environmental causes. Thenceforth, the dissertation selected for the preparation of a case study of a group of activists who organized a movement called Rede Ecológica. This case study sought to identify, through a mapping of internal and external flows of information in dynamic communication network. To perform this research we used the Social Network Analysis which was based on data obtained through interviews and surveys in loco. Without claiming to represent the set of social movements in Brazil, which in many ways act against consumerism, the case study describes one of the final links in a debate that begins with the ecological crisis. In this sense, a contribution of this dissertation may be to mark with one of the possible directions and necessary to face the ecological crisis, in addition to public policy, where the spontaneous and autonomous organization of people gathered around common causes, acts as incubators new projects of society.

Keywords: Information network; consumers movements; responsible consumption.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Formulário para inscrição no Mutirão

Figura 2 - Entrega de produtos no núcleo Humaitá

Figura 3 - Site da Rede ecológica

Figura 4 - Fluxo entre os atores da rede de informação da Rede Ecológica

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Grupos de Consumidores Responsáveis no Brasil

Tabela 1 – Eixo de trabalho dos atores da rede de informação

Tabela 2 – Ano de entrada na Rede Ecológica dos atores da rede de informação

Tabela 3 – Fonte de informação sobre a Rede Ecológica

Tabela 4 – Tipo de informação trocada na a rede de informação

Tabela 5 – Canais de informação utilizados pela rede de informação da Rede Ecológica

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresa de Autogestão

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

CPOrg – Comissão de Produção Orgânica

GCR – Grupo de Consumo Responsável

IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor

INCA – Instituto do Câncer

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NMS – Novos Movimentos Sociais

NMSE – Novos Movimentos Sociais Econômicos

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RE – Rede Ecológica

SPG – Sistema Participativo de Garantia

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

WWF – World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA.....	16
3 A QUESTÃO ECOLÓGICA.....	18
3.1 Consumismo	23
3.2 Cultura de consumo	25
4 REDES SOCIAIS, MOVIMENTOS E FLUXOS DE INFORMAÇÃO.....	28
4.1 Movimentos sociais e ações coletivas	28
4.2 Redes sociais.....	31
4.3 Constituição da esfera pública	36
4.4 Dinâmicas de informação e comunicação.....	38
5 MOVIMENTOS ECOLÓGICOS	42
5.1 Os movimentos anti-consumismo	45
5.1.1 <i>Consumo Responsável</i>	48
6 ESTUDO DE CASO DA REDE ECOLÓGICA	54
6.1 Identificação e classificação de iniciativas da sociedade civil mobilizadas para o consumo responsável no Brasil.....	54
6.2 Seleção do objeto de análise.....	56
6.3 Caracterização do objeto de análise: a Rede Ecológica	58
6.3.1 <i>Funcionamento da compra coletiva</i>	59
6.3.2 <i>Princípios e valores</i>	61
6.3.3 <i>Atividades principais e comissões</i>	63
6.4 Formatação da pesquisa de campo com a Rede Ecológica	65
6.4.1 <i>Identificação e seleção de atores</i>	66
6.5 Dinâmica comunicacional da RE	68
6.5.1 <i>Caracterização dos atores da rede</i>	68
6.5.2 <i>Caracterização da informação</i>	71
6.5.3 <i>Canais de informação</i>	74
6.5.4 <i>Fluxos de informação</i>	77
6.6 Análise dos dados e Discussão	80
6.6.1 <i>Questões e desafios da Rede Ecológica</i>	80
6.6.2 <i>Tematização do consumo responsável na discussão pública</i>	83
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE A	102
ANEXO A.....	105

1 INTRODUÇÃO

O campo de estudo desta dissertação situa-se em uma área interseção entre três temas interrelacionados: a questão ecológica, o consumismo e os movimentos sociais. Trata-se de investigar, por meio de um estudo de caso, a dinâmica comunicacional de uma rede de atores ou movimento social, mobilizado em prol do consumo responsável. Para isso, o presente trabalho adota também uma abordagem sobre redes de informação e comunicação, de modo a identificar o *modus operandi* de um movimento social, a partir do mapeamento dos canais e fluxos de informação e comunicação internos e externos construídos pelos membros do movimento.

Assim, o trabalho parte de uma perspectiva ampla onde a questão ecológica emerge evidenciando a insustentabilidade do sistema de produção e consumo capitalista ante o esgotamento de recursos naturais. A partir daí, o tema da pesquisa aproxima-se de aspectos associados ao consumismo enquanto importante operador desse modelo de crescimento capitalista, trazendo para o debate a constituição de movimentos que se opõem ao consumismo e buscam uma transformação por meio de uma práxis social que contraria a lógica de mercado capitalista. As novas formas de organização e mobilização adotadas pela sociedade civil, *vis-à-vis* às limitações das formas de participação e representação do regime democrático vigente é também tema associado à dissertação.

O tema dos movimentos sociais suscita a abordagem sobre redes, de modo a identificar os mecanismos e modos de comunicação que os atores estabelecem no interior desse tipo de configuração. A ideia é avaliar como os grupos organizados podem fortalecer sua argumentação crítica por meio de fluxos comunicativos gerados pela troca de informações e conhecimento nos fóruns de discussão pública em um processo de formação de discurso fortalecido pelas diferentes argumentações em jogo.

Para o estudo de caso, selecionou-se uma rede ou movimento da sociedade civil que abraça a questão ecológica, propõe, por meio do discurso associado a uma prática, um tipo de consumo denominado de solidário. Para isso, o conjunto de relações que são estabelecidas pelos atores formando uma rede ou fluxos de informação constitui a finalidade da dissertação.

Mais especificamente, o objetivo principal desta dissertação consiste em investigar a *práxis* da Rede Ecológica, de modo a identificar e analisar como se

organiza internamente na sua atividade ligada ao consumo responsável e externamente, enquanto movimento que visa disseminar ideias sobre o consumo responsável. Para isso, foram investigadas as formas de produção e compartilhamento da informação entre os membros desse grupo localizados no estado do Rio de Janeiro. Os **objetivos secundários** são os seguintes: a) Identificar as experiências de movimentos de consumidores responsáveis no Brasil; b) Caracterizar e diferenciar as formas de atuação em relação às práticas comunicativas da Rede Ecológica; c) Identificar e analisar a inserção da Rede Ecológica nas discussões públicas locais.

As políticas desenvolvimentistas / produtivistas adotadas por inúmeros países em escala mundial estão articuladas a um modelo que visa o crescimento baseado na exploração maciça de recursos naturais e em atividades produtivas que provocam, entre outros danos, altos níveis de emissão de gases estufa, principais responsáveis pelo aumento progressivo do aquecimento global. Tal modelo vem sendo questionado por segmentos crescentes da sociedade que não compartilham com a visão de mundo implícita ou explicitamente vigente nas políticas de crescimento econômico adotadas. Estas políticas não necessariamente estão comprometidas com o aumento do bem estar e qualidade de vida da população, gerando em muitos países e entre países, um enorme fosso de desigualdade social.

O consumismo que caracteriza a sociedade contemporânea é um dos focos da reflexão crítica de alguns teóricos (JACKSON, 2009; VICTOR, 2008) que se dedicam a pensar a crise ecológica e social. Algumas dessas ideias foram aqui retomadas visando fornecer o pano de fundo para discutir o tema do consumo, e, particularmente, traçar uma trajetória que coloca a noção de consumismo também no debate ecológico. Para abordar a questão do ato de consumir, e mais ainda as atitudes que se refletem nesse ato, foram considerados estudos que analisam o sentido cultural que o reveste.

O entendimento do que seja progresso ou riqueza de um país está na origem da criação de diversos tipos de movimento social de resistência ao modelo de crescimento econômico com seus efeitos danosos ao meio ambiente. Dentre os movimentos sociais, muitas vezes denominados genericamente de altero mundistas, destacam-se aqueles engajados na questão do consumo, ou anti-consumismo, que envolvem a rejeição à sociedade de consumo e os modos de vida dela decorrentes. O consumo responsável é uma das vertentes desses movimentos sociais, propondo o abandono do materialismo, a valorização da qualidade de vida e bem estar dos cidadãos.

Estudar os movimentos de consumo responsável no Brasil significa reconhecer o poder destes atores socioeconômicos diante da crise ecológica e à forma como o tema é negligenciado pelo Estado. Para que seja efetiva a comunicação entre a sociedade civil e a esfera pública, acredita-se que os grupos organizados podem fortalecer sua argumentação crítica, por meio de fluxos comunicativos gerados pela troca de informações e conhecimento nos fóruns de discussão pública, em um processo de formação de discurso fortalecido pelas diferentes argumentações em jogo. Assim, novos atores são mobilizados e a problemática apresentada pode ganhar relevância, inclusive em instâncias de decisão formais. Para a análise das trocas discursivas que antecedem às argumentações nos fóruns públicos, foi tomado como base o modelo de esfera pública de Habermas (1997), no qual os fluxos comunicativos mundo da vida chegam às esferas de discussões mais amplas. A esfera pública que emerge deste cenário conforma a arena de discussão entre três atores principais: o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Com a perspectiva da sociedade civil, a noção de Redes Sociais propicia um arcabouço teórico-metodológico para tratar da organização social em rede, forma predominante de organização dos movimentos sociais contemporâneos. Para isso, foram considerados autores que trabalham com a teoria das Redes Sociais em diferentes perspectivas, tais como Barry Wellman e Watts (1991) e Diani (2003). O foco da ação coletiva neste trabalho exige que sejam considerados ainda os conceitos que envolvem os movimentos sociais. Segundo Diani (2003), a perspectiva das redes oferece o entendimento da multiplicidade dos níveis de experiência, normalmente encontrados nos processos de ação coletiva e mobilização popular. Nesse sentido, a ideia da hierarquia como princípio de ordenação da sociedade é substituída pelo modelo horizontal das relações interpessoais.

Os trabalhos focados nas redes sociais aportam contribuições relevantes para a compreensão dos fluxos comunicativos gerados no interior dos movimentos sociais, como o de consumo responsável que é aqui estudado. O estudo das redes tem aumentado com o objetivo de desenvolver abordagens para o entendimento das dinâmicas e o impacto social gerado pelos atores sociais interconectados. No âmbito das ações coletivas, estes atores são representados nas esferas não-governamental e grupos autônomos que podem gerar conhecimento em determinado campo e assim, nos permite conhecer as ações inovadoras em políticas públicas e desenvolvimento local ou global.

As teorias dos movimentos sociais, e mais especificamente, o movimento ecológico, deram sustentação nesta reflexão para se entender o modo de atuação dos grupos de consumo responsável como um todo e a sua atuação em rede. Parte-se da construção dos movimentos sociais a partir dos chamados Novos Movimentos Sociais - o termo “novo” refere-se às novas aspirações enquanto grupos – defendidos por Melucci (1996). Neste contexto, ainda manifesta-se a noção de Novos Movimentos Sociais Econômicos, que mantém estratégia essencialmente econômica para lidar com a relação produção-consumo na sociedade atual, abordada por Gedron (2004).

O estudo de caso selecionado, a Rede Ecológica (RE), é um grupo de consumidores responsáveis localizado no estado do Rio de Janeiro cuja estratégia para as práticas de consumo responsável é a compra coletiva. O sistema de organização para que a compra se efetive é formado por ‘comissões’, que são as atividades que envolvem cada etapa do processo – desde o acompanhamento aos produtores que fornecem produtos orgânicos e/ou agroecológicos, até a entrega aos consumidores.

Fisicamente, a organização é realizada nos chamados ‘núcleos’, que são os locais onde são feitas as entregas dos produtos e os quais agregam um grupo de associados à RE de acordo com a proximidade à suas residências, desenvolvendo atividades específicas neste âmbito.

As ações que envolvem o funcionamento da RE são vistas como ações de informação. Com isso, o modelo proposto por Wersig e Windel (1985) e, posteriormente, reformulado por Gonzalez de Gomez (1985) foi utilizado, com o intuito de levar em conta os elementos cognitivos, sociais e do processo que coordenam os modos de agir direcionados às formas de produção, apropriação e compartilhamento da informação. A experiência da compra coletiva credencia os membros a representar o ponto de vista dos consumidores nos debates públicos sobre os temas relacionados ao consumo responsável, principalmente aqueles ligados às questões do campo, como Agricultura Familiar, Agricultura Urbana e Agroecologia.

Cabe enfim, esclarecer ao menos dois pontos fundamentais referentes às terminologias adotadas. Em primeiro lugar, a definição do que se constitui o consumo responsável não é consensual ou única, sendo que as fronteiras entre o que se entende por consumo responsável, consumo ético, consumo solidário, consumo sustentável são muito sutis e porosas. Nesse trabalho foi adotada a seguinte concepção de consumo responsável: “capacidade de cada pessoa ou instituição pública ou privada, escolher

e/ou produzir serviços e produtos que contribuam, de forma ética e de fato, para a melhoria de vida de cada um, da sociedade e do ambiente” (INSTITUTO KAIROS, 2010).

Além disso, cabe esclarecer que nesse trabalho, adota-se preferencialmente o termo ecologia, que segundo a enciclopédia Larousse online é uma: “Ciência que tem por objeto as relações dos seres vivos (animais, vegetais, micro-organismos) com seus ambientes respectivos, assim como com outros seres vivos.” A vantagem desse termo é que ele parece mais geral e envolve as questões tratadas nesse trabalho, que estão no campo do meio ambiente, relações sociais e econômicas e ainda da subjetividade humana.

Assim, abordagem relacionada à questão ecológica adotada nesta dissertação levou em conta, particularmente, a influência da chamada economia ecológica, que tem como uma de suas principais propostas a ideia de nos processos de produção e consumo é preciso considerar os limites ecológicos e a justiça social. Nesse sentido, traz a noção de que o crescimento econômico não necessariamente significa melhoria das condições de vida das pessoas.

Seguido dessa introdução, no capítulo 2 está a metodologia adotada na dissertação de um modo geral. No capítulo 3 a questão ecológica é apresentada e na qual o consumismo faz parte deste contexto. No capítulo 4, são tratados os movimentos sociais e a organização em rede em que fluxos de informações perpassam a estrutura com objetivo comum. E o capítulo 5, por sua vez, foca nos movimentos ecológicos, que é a tipologia que dá base para tratar dos movimentos de consumidores responsáveis. A pesquisa de campo propriamente dita é discutida no capítulo 6 e finalmente, o último capítulo trata das principais conclusões e considerações acerca do presente estudo.

2 METODOLOGIA

Para investigar a emergência e o *modus operandi* comunicacional de uma rede de atores que defende o consumo responsável e é regida por princípios da economia solidária, quanto à autogestão, preservação ecológica, solidariedade e cooperação, foram adotados os seguintes procedimentos:

Etapas 1 - Construção de uma abordagem teórico-analítica

Teve como objetivo identificar, delimitar e analisar o conjunto de questões relacionadas ao “consumo sustentável” e seu enquadramento no âmbito da crise ecológica, bem como as formas de atuação, mobilização e comunicação adotadas por redes de atores da sociedade civil, particularmente as que defendem novas práticas de consumo responsável. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que permitiu discutir os temas e elaborar questões para uma posterior pesquisa de campo.

Nessa etapa, procurou-se identificar as relações conceituais entre as noções de redes de informação, ação coletiva e a sociedade de consumo, tomando como premissa que os movimentos de consumidores constituem-se em movimentos sociais econômicos orientados à questão ecológica. Para isso, recorreu-se a periódicos acadêmicos, teses e dissertações e obras que tratavam dos temas identificados.

Etapas 2 - Construção de uma abordagem empírica

Mais do que trazer elementos conclusivos sobre a organização e a prática de uma rede da sociedade civil, a ideia aqui foi fazer um exercício investigativo para identificação de como os atores envolvidos interagem para levar adiante os seus princípios e motivações e como os propagam para a sociedade em geral. A metodologia específica da pesquisa de campo é apresentada na subseção 6.4 em que serão detalhados os procedimentos de coleta e análise dos dados.

Sendo assim, o caminho metodológico da segunda etapa consistiu em:

- (a) Identificar e classificar as redes da sociedade civil no Brasil, mobilizadas para o consumo responsável;
- (b) Selecionar uma rede ou conjunto de redes a partir da averiguação das possibilidades e a disponibilidade dos atores das redes identificadas para colaborar com a pesquisa de campo;

- (c) Uma vez selecionada a(s) rede(s), elaborar um levantamento mais aprofundado nos sites e documentos específicos para caracterizar o objeto de pesquisa.
- (d) Elaborar o questionário para ser de aplicado junto aos integrantes da rede ou conjunto de redes selecionado(s);
- (e) Realizar contato com os movimentos de modo a identificar atores para serem entrevistados;
- (f) Aplicar os questionários com os atores selecionados;
- (g) Tratar e processar dados e informações levantadas;
- (h) Análise dos dados.

3 A QUESTÃO ECOLÓGICA

Este trabalho adota como ponto de partida a questão ecológica que evidencia a ocorrência de duas lógicas antagônicas: uma relacionada à dependência do crescimento incessante do sistema de produção e consumo capitalista, e outra relacionada à incapacidade de se ultrapassar os limites impostos pelo planeta quanto ao fornecimento de recursos naturais e capacidade de absorção dos resíduos não aproveitados no processo produtivo. Nesta parte do trabalho pretende-se situar a questão ecológica em linhas gerais, para no capítulo seguinte, tratar do problema do consumo.

Cresce entre especialistas e vários segmentos da sociedade a percepção de que os danos causados pela emissão de gases de efeito estufa, pico do petróleo¹ e a pressão sobre os ecossistemas vem se agravando e alcançando os limites naturais do planeta. A WWF (2012), por exemplo, aponta cinco principais pressões diretas sobre os ecossistemas e biodiversidade causadas pelas ações humanas: Perda, alteração e fragmentação de *habitats*; Superexploração de populações de espécies selvagens; Poluição; Mudança do clima; Espécies invasoras.

As consequências geradas por estes fatores são mostradas no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2011) no qual são apontados os principais problemas ecológicos e seus reflexos para o desenvolvimento humano: A alteração climática está relacionada com a incidência crescente de desastres naturais; Os processos de erosão, desertificação do solo e escassez de água, gerados pela superexploração dos elementos naturais, levam à infertilidade da terra e o comprometimento dos lençóis freáticos; A perda da cobertura florestal compromete, principalmente, o modo de vida das populações tradicionais; A degradação dos ecossistemas marinhos acarreta no declínio de rendimento de algumas espécies; E ainda, a poluição do ar é a causadora de inúmeras doenças respiratórias e cardiovasculares nos centros urbanos. Estes elementos compõem o conjunto de ameaças aos meios de subsistência humana em longo prazo e indicam a necessidade de pensarmos a questão ecológica aliada à social e econômica.

¹ **O Pico do petróleo (ou *Peak oil*, em inglês)** corresponde ao período em que a taxa máxima de extração do petróleo é atingida, depois disso, o total do petróleo disponível no planeta começará a reduzir, representado por algo semelhante a uma curva normal. No início da curva, a produção aumenta com o acréscimo de infra-estrutura produtiva. Já na fase posterior, a produção diminui devido ao esgotamento gradual do recurso. Já estamos no pico desta curva.

Neste sentido, a noção de sustentabilidade ecológica, econômica e social é discutida por Nascimento (2012) como o resultado de duas origens: A primeira na Biologia, ou na ecologia propriamente dita, com a noção de resiliência, que é a capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas diante do uso e depredação de recursos naturais. A segunda é de ordem econômica, fundamentada na compreensão de que os atuais padrões de produção e consumo em expansão não podem persistir, pois pressionam a extração de recursos naturais escassos e geram riscos à própria sobrevivência humana.

A trajetória da discussão envolvendo “sustentabilidade” (e quase sempre como adjetivo para desenvolvimento) começa na década de 1950, com a ameaça da energia nuclear, ainda restrita aos países de Primeiro Mundo. Como referência nessa discussão, Kempf (2012) atribui a Rachel Carson o primeiro alerta da urgência em se tratar a questão ecológica, com o livro *Silent Spring* em 1954. A partir daí, a questão foi ganhando cada vez mais espaço na discussão pública envolvendo, nos dias atuais, a esfera científica, as mídias e diversos segmentos da sociedade.

Mas são inúmeras as abordagens e tendências que tratam da problemática ecológica. Uma delas se vincula com a chamada “economia verde” embrião da “Green Economy Initiative”, proposta do PNUD e a rede global composta por 13 organizações intitulada “Green Economy Coalition”. Essa rede defende a transição para uma “economia verde”, que, segundo propagam seus adeptos, seria mais justa e resiliente, e também capaz de melhorar a qualidade de vida de todos sem ultrapassar os limites ecológicos do planeta. (VEIGA; ISSBERNER, 2012)

Veiga e Issberner (2012) questionam as soluções propostas por esta modalidade de economia, que toma por base a adoção ampla de tecnologias limpas, energias renováveis, manejo de recursos naturais e de resíduos, etc. Para os autores, embora condições necessárias, não são suficientes para reverter a crise ecológica. E, nesse sentido, questionam o chamado “crescimento verde”, pois o problema central está justamente no fato de a base da economia estar sempre no crescimento sem fim.

Os teóricos da economia ecológica (JACKSON, 2009; VICTOR, 2008 entre outros) compartilham a ideia de Kenneth Boulding² de que em um mundo finito não

² Esse autor utiliza a metáfora da nave espacial para dizer que a Terra é um sistema fechado para materiais e aberto para entrada e saída de energia. Em: BOULDING, K. E. “The economics of the

pode haver crescimento infinito. Esta é a inspiração para a discussão que trata do crescimento econômico a qualquer preço, que predominam nas políticas de governo de muitos países, ignorando os efeitos sobre a biosfera e suas consequências, sociais e econômicas para a sociedade global.

Um documento de referência que consolidou o debate em nível internacional sobre a questão ecológica é o relatório Brundtland³ ou Nosso Futuro Comum, encomendado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que define desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Neste documento, é apontada a incompatibilidade entre padrões de produção e consumo e este modelo de desenvolvimento. Para Serge Latouche⁴, esse é um conceito inviável e, além disso, contraditório, um oxímoro, pois lida com propostas antagônicas: ou se tem desenvolvimento ou sustentabilidade.

O ambiente natural é o aspecto fundamental para a sobrevivência dos seres que habitam o planeta. A questão que permeia o debate ecológico diz respeito ao grau de dependência das atividades da vida em sociedade em relação ao ambiente físico do planeta e a pressão de ordem econômica que leva ao uso irracional dos recursos naturais. Chesnais (2012) assegura que

No caso das mudanças climáticas, as condições naturais necessárias à reprodução social dependem da biosfera e de vários ecossistemas que, como sabemos hoje, estão muito fragilizados (correntes marinhas, geleiras, florestas primárias, etc.). A questão climática é “social” nesse sentido básico e radical, em um número crescente de partes do mundo (CHENAIS e SARFATI, 2003 *apud* CHENAIS, 2012 p.159)

Na concepção do modelo econômico vigente, a noção de crescimento se confunde com a de progresso. Progresso, para Victor (2008), é uma ideia que admite o passado e pressupõe o futuro. Aplicado aos fatores humanos, o progresso se traduz em eventos sequenciais, em uma relação causal não aleatória. Este autor aponta que

coming spaceship Earth”. In: JARETT, H. (Ed.) *Environmental quality in a growing economy*. Baltimore, MD Resources for the Future/Johns Hopkins University Press, 1966

³ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

⁴ Entrevista especial com Serge Latouche “Precisamos ultrapassar a economia e sair dela”. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/504516-precisamos-ultrapassar-a-economia-e-sair-dela-entrevista-especial-com-serge-latouche> .

eventos se repetindo de forma cíclica e padronizada não podem ser considerados como progresso. Em vez disso, deveria estar associado à noção de bem estar, que não é mensurável pelos índices econômicos e nem valorizados nas políticas que adotam o PIB como referência de qualidade de vida. A ideia de que a mudança tecnológica traz sempre uma situação melhor faz parte de uma concepção moderna de progresso. Neste contexto, questiona-se a direção pretendida pelas políticas voltadas ao crescimento, diante da real necessidade de bem estar social e prosperidade.

Como anteriormente mencionado, o impacto provocado pelo ser humano no planeta nas últimas décadas é o mais grave, considerando toda a sua história. Jackson (2009) apresenta pelo menos dois momentos da história recente em que os limites do planeta foram abordados por estudiosos alertando para problemas futuros: O relatório Meadows e o Pico do petróleo.

O primeiro momento em que o crescimento foi questionado aconteceu no Clube de Roma, formado por um grupo de cientistas para pesquisar os limites ecológicos do planeta. Em 1972, os integrantes Donella e Dennis Meadows e outros autores publicaram o estudo intitulado "Os Limites do crescimento" em que, diante da crescente industrialização, questionaram como a economia convencional poderia continuar com o mesmo modelo, diante do crescimento exponencial na utilização de recursos naturais, população e atividade econômica. Com isso, eles alertaram para as consequências da escassez de recursos, que pressionariam os preços para cima, comprometendo assim o crescimento futuro. Esta perspectiva apontava para um colapso nos anos 2000, o que não aconteceu, em parte devido à chamada “Revolução Verde”, responsável por ganhos de produtividade, com base na utilização maciça de agrotóxicos, proliferação do uso de sementes transgênicas e destruição de florestas para o uso na agricultura. Chesnais (2012, p.163) argumenta que:

O solo sempre foi, e agora mais do que nunca, a principal vítima do esgotamento dos recursos naturais apesar da hiperprodutividade de algumas formas de culturas. O uso maciço de fertilizantes químicos pareceu resolver os problemas de « restituição dos elementos de fertilidade à terra », mas só fez adiar e piorar a situação. O termo esgotamento inclui a extinção acelerada das espécies vegetais e os novos riscos proporcionados pelos OGM que também comprometem a reprodução das variedades cultivadas e expropriam o que sobrou do campesinato. Nos países do “Sul”, a exploração desenfreada dos

recursos naturais está quase sempre ligada a formas violentas de exploração dos trabalhadores⁵.

Essas considerações reafirmam o debate do relatório na medida em que mesmo com um considerável atraso, o futuro próximo não está muito longe do cenário desenhado pelos cientistas.

No mesmo ano desta publicação, aconteceu a Conferência de Estocolmo, primeira reunião internacional envolvendo representantes de países desenvolvidos e não desenvolvidos para discutir questões relacionadas ao ambiente natural. Neste evento, a ameaça à qualidade de vida pela degradação ambiental foi a principal preocupação dos primeiros, enquanto para os demais foram as ameaças do desenvolvimento (principalmente a exportação dos produtos primários). Na ocasião, a dimensão social se incorporou também ao debate antes limitado ao binômio desenvolvimento (economia) e meio ambiente (ecologia) (NASCIMENTO, 2012).

O chamado “pico do petróleo” e a mudança climática são fenômenos nas pautas dos debates no momento atual. Para Jackson (2009), o debate sobre o pico do petróleo começou no ano 2000 e se refere ao ponto máximo em que a extração do petróleo pode chegar. Enquanto alguns apontam que este momento já ocorreu, outros argumentam a existência em grande quantidade sob as areias de alcatrão e óleo de xisto. De qualquer modo, mesmo que haja quantidade expressiva de petróleo disponível, o custo de extração provavelmente ultrapassa o benefício que ele pode trazer. Nesse sentido, o uso do petróleo pode ser um bom exemplo do esgotamento dos nossos recursos naturais e o caminho a ser trilhado por outros recursos da natureza.

Mas o esgotamento dos recursos naturais não é o único aspecto tratado pela questão ecológica. O atual modelo de produção capitalista tem inúmeras facetas, uma delas refere-se à apropriação desigual destes recursos, seja pela extração desenfreada de dos componentes naturais, seja pela geração de resíduos acima da capacidade de absorção do planeta. Nesse contexto, prolifera a situação de miséria, conflitos sociais, diminuição da qualidade de vida e bem estar e o aumento da desigualdade social. Como exemplo da desigualdade que marca o mundo atual, Jackson (2009) afirma que 1/5 da população mundial ganha 2% do rendimento global, enquanto os 20% mais ricos ganham 74% destes rendimentos.

⁵ Ver os estudos reunidos em Fred Magdoff, John Bellamy Forster e Frederick Buttel (2000).

Assim, é esse modelo de desenvolvimento que está em xeque. Victor (2008) defende a ideia de que grande parte dos países ricos já têm condições para abandonar o crescimento e recomenda que deveriam fazê-lo imediatamente, abrindo espaço para que outros países mais pobres possam crescer e, assim, combater as desigualdades internas. Nesse contexto de limitação crescente dos recursos naturais, com graves disparidades sociais, as unidades físicas de mensuração que levam em conta o quanto os indivíduos estão consumindo de recursos naturais, como a pegada ecológica, surgem como parâmetro para avaliar o impacto de determinado estilo de vida para o ambiente natural. Esse indicador físico poderia ao mesmo tempo garantir as liberdades de escolha de estilos de vida de diferentes povos e garantir o uso sustentável dos recursos.

3.1 Consumismo

Um dos desdobramentos da questão ecológica está associado à quantidade excessiva de itens consumidos por uma parcela significativa da população do planeta e à qualidade desse consumo. Para a criação de demanda, a indústria passou a produzi-la antes mesmo do produto. (PORTILHO, 2007). As indústrias aumentam cada vez mais a produção, num processo contínuo, onde os danos ambientais ocorrem em cada uma das etapas do ciclo de vida dos produtos materiais: produção, transporte, uso e eliminação dos componentes de um produto na biosfera.

O incentivo ao consumo passou a ser uma característica básica da sociedade moderna na qual a abundância dos bens representa o sucesso da economia capitalista vigente. O marco inicial do modelo consumista está na Revolução Industrial e se afirma com o fordismo e a produção em massa, quando se torna evidente a ambivalência trabalhador/consumidor. A intensificação do processo da acumulação capitalista veio também acompanhada da ampliação da elite industrial e financeira que, por sua vez, adotava hábitos de consumo sofisticados e supérfluos.

Autores como Victor (2008) e Jackson (2009) acrescentam que a pressão sobre o ambiente natural vem dos hábitos de consumo e também da lógica da produção baseada na obsolescência programada. Para além da opção e preferências do consumidor, esse modelo é determinado pela produção de bens descartáveis que são projetados para se esgotarem rapidamente e assim, gerar mais demanda para a produção.

Löwy (2012) alerta que, “se você não quer falar do capitalismo, não adianta falar do meio ambiente, porque a questão da destruição, da devastação, do envenenamento ambiental é produto do processo de acumulação do capital” (LÖWY, 2012: p.248). De fato, o modelo de produção/consumo capitalista baseado na descartabilidade e obsolescência programada, aliado ao *marketing*, se traduzem em uma escalada de utilização dos recursos naturais sem precedentes. O relatório do Instituto de Pesquisa Sustentável Europa, Global 2000, e Amigos da Terra (Europa) identificou que 60 bilhões de toneladas de recursos são extraídos atualmente a cada ano. Esse número representa aproximadamente 50% a mais do que em apenas 30 anos atrás. Os dados revelam a desigualdade do uso de recursos entre os países, mostrando que no ano 2000, uma pessoa vivendo na América do Norte utilizava 88 quilos de recursos a cada dia, na Europa o número correspondia a 43 quilos, e na América Latina o valor era de 34 kg de recursos diariamente. A mesma fonte revelou que só em 2008, as pessoas ao redor do mundo compraram 68 milhões de veículos, 85 milhões de refrigeradores, 297 milhões de computadores e 1,2 mil milhões de celulares.

Kempf (2012) estima que 20% a 30% de toda população mundial consome de 70% a 80% dos recursos extraídos anualmente da biosfera. E que, portanto, a mudança do modo de consumir deve vir destes 20% ou 30%, para que os países do Sul lancem outra modalidade de desenvolvimento. Com esta perspectiva, o autor acredita que o sentimento de solidariedade, que motiva muitas organizações da sociedade civil, tem o potencial de transformar o modelo cultural existente.

Portilho (2003) identifica a mudança de direção no debate político sobre os impactos ambientais antes centrados na produção, especialmente no que se refere à poluição ambiental, para o foco no consumo. De fato, essa tendência se manifesta no plano internacional, com a iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que abordou o impacto do consumo sobre os recursos naturais na Agenda 21, documento elaborado após a Rio 92. Neste documento é proposta uma discussão sobre a mudança dos padrões de consumo como uma das ações para o desenvolvimento sustentável.

Para tratar da problemática ecológica, Furnival (2007) rejeita a perspectiva determinista em os fatores físicos externos à sociedade são os principais causadores da crise ecológica. Em vez disso, propõe uma abordagem sociocultural, baseada nas crenças, valores e sentimentos presentes no cotidiano das pessoas. E é sob essa via que o problema será conduzido nesse trabalho.

3.2 Cultura de consumo

O fenômeno do consumo vai além do aspecto econômico *stricto sensu*, onde é estudado essencialmente pelo lado da formação de demanda para os bens produzidos, incorporando elementos simbólicos, onde são considerados os aspectos subjetivos de uma mercadoria. Acselrad (2010) identifica duas abordagens bem distintas relativas à questão ambiental que denomina de razão utilitária e razão cultural. De acordo com Acselrad (2010), a razão utilitária, que detém a hegemonia dos estudos na área, parte da ideia de que o meio ambiente é algo “uno e composto estritamente de recursos materiais, sem conteúdos socioculturais específicos e diferenciados”. A razão cultural ainda é pouco investigada no âmbito do debate ecológico ou ambiental, mas a vertente relacionada ao consumismo há tempos é objeto de interesse dos estudos de muitos autores, sendo abordada como fenômeno tipicamente cultural.

De fato, a crítica ao consumismo extrapola a questão ambiental, até porque começou a ser investigada antes mesmo da formulação dessa questão. A obra clássica “A teoria da classe ociosa” de Thorstein Veblen (1983), publicada originariamente em 1899, é um marco inicial dessa abordagem. Veblen (1983) considera o consumismo, chamado por ele de consumo ostensivo (*Conspicuous consumption*), como uma forma de as classes mais abastadas se diferenciarem e demonstrarem seu *status* na sociedade. Para esse autor, a ação (coletiva) de consumir bens de excelência é considerada prova de riqueza e de valor honorífico. E é verdadeiro o contrário, ou seja, a incapacidade de consumir representa inferioridade e demérito.

No início do século XXI, Bauman (2008) dá outro destaque ao consumismo e fala da “cultura consumista”, que define como:

(...) um modo peculiar no qual os membros de uma sociedade de consumidores pensam em seus comportamentos, ou pelo qual se comportam “de forma irrefletida” – ou, em outras palavras, sem pensar no que consideram ser seu objeto de vida e o que acreditam ser os meios corretos de alcançá-lo” (BAUMAN, 2008, p.70)

Na percepção de Bauman, a sociedade de consumidores, alimentada pela cultura consumista é potencializada pelo papel da publicidade. Para Harvey, a publicidade é “a arte oficial do capitalismo” (HARVEY, 2009 p. 65), introduzindo, principalmente a partir dos anos 1960, uma nova estética para produzir desejos e garantir a ampliação de mercados.

Entendendo que os padrões de consumo são influenciados pelos padrões de produção e vice-versa, há um ciclo vicioso envolvendo a sociedade de consumo e a produção de bens materiais. O produto elaborado já traz embutido o mundo simbólico que o consumidor irá desfrutar ao adquiri-lo. A busca incessante da satisfação por meio do consumo gera angústia pelo temor de interromper essa procura (BAUMAN, 2008).

Na chamada “Sociedade de Consumo”, que acompanhou a era da industrialização, Baudrillard (1975) analisa a *lógica social* do consumo na perspectiva da produção e manipulação dos significantes sociais, em que uma das questões fundamentais está em responder em que medida a organização social se dará em função da sobrevivência ou em função do sentido de consumir. Para este autor, o consumo do excedente ou supérfluo faz com que toda sociedade e indivíduos se sintam vivendo de forma plena, para além do mero existir.

Ao analisar os modos de consumo, Featherstone (1995, p.35) considera que enquanto a “lógica do capital” funciona na esfera da produção, a “lógica do consumo” aponta para os “modos socialmente estruturados de usar bens para demarcar relações sociais”. Nesta perspectiva, Baudrillard (1975) propõe que o consumo seja considerado por duplo aspecto: como um processo de significação e comunicação – equivalente a uma linguagem. – e como processo de classificação e diferenciação social – em que os objetos se colocam como valores estatutários inseridos em uma hierarquia.

Este é o ponto complexo quando se discute a sociedade de consumo. Alguns indivíduos utilizam o consumo para demonstrar *status*, fenômeno social determinado por e para grupos. Embora nem todos os indivíduos vejam os conjuntos de bens da mesma maneira, se um número suficiente adota a mesma visão, a ambição de alcançar *status* através do consumo competitivo permanecerá em grande parte não cumprida (VICTOR, 2008), o que manterá a demanda sempre acionada.

Bauman (2008) aponta uma contradição na sociedade de consumo: Enquanto proclama a satisfação do consumidor como maior propósito, um consumidor satisfeito não é seu motivo e sim uma ameaça. A satisfação das necessidades geraria uma estagnação econômica, portanto, temida por este tipo de sociedade.

Para esse autor o mercado de consumo, muitas vezes, é mais soberano do que o Estado. Bauman (2008) afirma que “suas sentenças são tão rígidas e irrevogáveis quanto informais, tácitas e raras vezes declaradas em público”. E é o Estado que fornece respaldo a esta soberania.

Segundo Baudrillard (1975) o que é consumido não são os objetos em si, mas os signos que eles remetem, inclusive desconectados de sua utilidade ou função própria. No mundo contemporâneo, a multiplicação de objetos e as relações simbólicas que vem com eles abastecem o imaginário coletivo, criando a noção de que sem a aquisição de produtos, não há possibilidades de atingir o bem estar pleno. Estes símbolos, trazidos pelo consumo de mercadorias, não estão presentes apenas no *design* e *marketing* que envolve o valor imaterial do produto, mas também são utilizados para enfatizar diferentes estilos de vida através das relações sociais.

Além disso, Portilho (2007) questiona a concepção de cidadania abarcada na forma de consumir, defendida pelo chamado discurso oficial, ou seja, aquele veiculado, não necessariamente de forma homogênea ou compartilhada, pelo governo, grande mídia e empresas. Para a autora, a lógica do processo de globalização tenta reduzir o papel do cidadão para o de consumidor, e por isso, a cidadania plena só é atingida se houver consumo. A tentativa de privilegiar o papel do consumidor sobre o de cidadão é questionada pelos movimentos sociais, que buscam a autonomia em relação a esse padrão de consumo preponderante.

As formas de atuação e as causas adotadas pelos movimentos sociais que se opõem ao consumismo são várias. De forma genérica, Bauman (2008) denominou de “consumidores falhos” aqueles indivíduos que se satisfazem com um conjunto finito de necessidades, e os descreve como “pessoas sem dinheiro, cartões de crédito e/ou entusiasmo por compras e imunes aos afagos do marketing” (BAUMAN, 2008, p.11). Tais indivíduos podem ser aqueles que não têm acesso aos bens de consumo, mas também aqueles que se recusam a consumir de forma desenfreada. Nesse sentido, as mobilizações por uma forma de consumir cidadã podem ser vistas como difusoras de uma cultura de consumo falho.

4 REDES SOCIAIS, MOVIMENTOS E FLUXOS DE INFORMAÇÃO

Ao lado dos coletivos formados por sindicatos operários, típicos do período do capitalismo fordista, novas formas de mobilização proliferaram nos últimos anos, devido, principalmente, a crescente crise de representação. Nesse capítulo serão abordadas questões associadas à emergência de novos movimentos sociais, as formas de articulação em rede, a dimensão comunicativa das esferas públicas e os fluxos de informações e ações de informação nas redes. Com o estudo sobre os movimentos e redes sociais é possível compreender o aspecto relacional da formação dos coletivos que emergem do mundo da vida e tematizam as questões públicas. No capítulo seguinte, esta discussão converge para os movimentos sociais ligados à questão ecológica e, mais particularmente, para o consumismo.

4.1 Movimentos sociais e ações coletivas

Nas sociedades democráticas, a participação política é garantida pelo Estado através de meios oficiais de intervenção em decisões públicas, como o voto, por exemplo. No entanto, essa representação tende a ser insuficiente para captar os ecos produzidos na sociedade civil de forma efetiva. Ante o capitalismo atual são necessários atores inovadores e criativos, sendo que as forças produtivas não podem ser vinculadas aos modelos burocratizados do Estado. Os movimentos sociais constituem o espaço ideal da inovação. (GOHN, 2007). A teoria dos movimentos sociais é base para a discussão em torno do empoderamento da sociedade civil, sendo essencial para compreensão da coesão interna das sociedades modernas. O movimento social se traduz como elemento dinâmico no processo que realiza as potencialidades de uma sociedade. (COHEN; ARATO, 1992).

O Estado democrático de direito se compõe por meios formais para que seja efetivada a participação da sociedade nas decisões, mas há ainda maneiras informais para alcançá-la. Para exercer poder político, a soberania do povo pode impor-se pelo poder discursivo informal e também pode passar por instituições democráticas da formação de opinião e vontade, assumindo uma forma autorizada. (HABERMAS, 1997). Para Cohen e Arato (1992), o projeto dos movimentos sociais é constitutivo da sociedade civil.

Existem diversas perspectivas acerca da natureza dos movimentos sociais. Diani (2003) destaca que Alan Touraine considerava os movimentos como uma formação de

atores em conflito com ditames vigentes na sociedade e assumem o papel de oposição aos processos históricos em curso. Enquanto que para Alberto Melucci, os movimentos sociais representam um tipo peculiar de ação coletiva, caracterizado por identidade, solidariedade e pela tentativa de quebrar os limites de compatibilidade com o sistema.

Estes movimentos surgem como forma de organização e estruturação de um grupo de cidadãos, com argumentos e temas comuns, com o intuito de serem levados à ordem da esfera pública. Para Melucci (1996), os movimentos sociais sinalizam para a profunda transformação na lógica dos processos que guiam uma sociedade complexa. Altvater (2010, p.279) ressalta que “movimentos sociais que objetivam alternativas à sociedade de mercado capitalista, devem emancipar-se das lógicas de ação pré-definidas pelo mercado”.

De acordo com Barthélémy (2000), desde os anos 1970 até o final do século XX, o número de associações nos movimentos sociais na França dobrou, chegando a 900 mil. A autora aponta dois termos chave que regem o discurso associativo: solidariedade e cidadania. A associação é, segundo Saurugger (2004), o cotidiano, a ação concreta, a localidade-proximidade, a auto-responsabilização. Mas as ações e mobilizações nem sempre representam avanços sociais, e nesse sentido, Saurugger (2004) alerta para o risco de se cair em uma idealização dos movimentos sociais, já que nem todos e nem sempre os coletivos se articulam com a sociedade.

Saurugger (2004) assinala que com a “crise da representação”, ao contrário do que acontece com os partidos e sindicatos, a imagem das associações melhoraram significativamente nos últimos 25 anos. A autora ressalva, porém, que as associações são extremamente heterogêneas no que concerne aos formatos organizacionais, assim como ao anseio de se engajar na política.

Vieira (1996) aponta um renascimento do conceito de sociedade civil para tratar das novas formas de organização contemporâneas de auto-organização e auto-constituição, baseadas em uma concepção que indica a sua autonomia e formas de solidariedade, confrontadas tanto pelo Estado quanto pela economia capitalista.

A proliferação dos movimentos sociais surgidos a partir da década de 60 estimulou a revisão de teorias clássicas de ação coletiva, com o intuito de preencher as lacunas conceituais referentes às novas configurações histórico-políticas que deram visibilidade às formas de atuação política de grupos emergentes.

A dificuldade de definir movimentos sociais levou Gohn (2007) a propor uma alternativa à busca dessa definição. Sua ideia é a partir das teorias dos movimentos sociais, por meio dos paradigmas e correntes existentes, tentar observar pontos em comum.

Para Diani (2003), os movimentos sociais consistem em grupos ou organizações com os mais variados níveis de formalidade, ligados por padrões de interações e realizados de forma muito centralizada ou totalmente descentralizada, cooperativa ou explicitamente hostil. Segundo o autor, os sujeitos que promovem ou apoiam suas ações não o fazem como indivíduos atomizados, com valores ou características sociais semelhantes, mas como atores interligados através de teias de trocas, tanto diretamente, como de maneira mediada. Em outras palavras, os movimentos sociais são estruturas de redes complexas e altamente heterogêneas.

Gohn (2007) afirma que há duas grandes vertentes teóricas desenvolvidas para tratar os movimentos sociais contemporâneos. Primeiro, o paradigma norte-americano de Mobilização de Recursos, que se preocupou em explicar os movimentos em âmbito organizacional, e não individual, como na teoria clássica, considerando os grupos de interesses. A outra vertente deriva do paradigma europeu, chamado de Novos Movimentos Sociais. No âmbito latino-americano, também se observou a tendência no surgimento destes grupos, porém com foco nos movimentos populares.

O que há de “novo” neste tipo de movimento ainda não está claro, nem mesmo para Alberto Melucci, o sociólogo italiano que cunhou o termo em sua obra de 1996. Cohen e Arato (1992) sugerem que foi deixado de lado o sonho da revolução para dar lugar à ideia de reforma estrutural da sociedade. Para Melucci (1996), a teoria Novos Movimentos Sociais (NMS) é apresentada como uma crítica ao sistema utilitarista das ações coletivas. De maneira geral, as teorias dos NMS significam a passagem dos estudos vinculados às conquistas da classe operária, típico da sociedade industrial, para as reivindicações simbólicas ou culturais da sociedade moderna.

Esta linha europeia é mais utilizada para explicar os movimentos sociais latino-americanos, porém, a influência da teoria norte-americana, também é verificada inclusive no que diz respeito às redes sociais. No caso do movimento e redes ligadas a causas ecológicas é importantes considerar tais contribuições para tratar da atuação multissetorial, própria deste tipo de movimento social.

Os movimentos podem coordenar suas atividades utilizando ferramentas disponíveis na internet e interagir mundialmente através dela. Castells (2000) vê a internet como a espinha dorsal da comunicação global mediada por computadores.

A chamada “sociedade da informação” configurou um novo padrão de dominação, desempenhado pela ciência e a tecnocracia, fundamentado na produção e controle da informação e intervenção nas relações sociais (MELUCCI, 1996). Esse padrão diz respeito aos movimentos sociais que emergiram no século XX.

Independente das metas ou formas de atuação, os movimentos sociais atuam cada vez mais em redes. A grande questão envolvendo redes sociais, do ponto de vista das ações coletivas, se refere ao que une os participantes que operam coletivamente em determinado sistema social. De acordo com Melucci (1996), para os movimentos sociais atuais, a apresentação não se faz por uma estratégia de atores, mas de redes, de pequenos grupos imersos na vida cotidiana, na qual os participantes, mediante suas experiências e inovações culturais, contribuem para as formas que assumem as redes.

4.2 Redes sociais

Diani (2003) aponta que tem crescido, recentemente, o interesse da comunidade acadêmica pela relação entre movimentos sociais e redes sociais, que se deu tanto pela diversidade de temas, quanto da profundidade dos resultados das pesquisas. E ainda afirma que se a Análise de Redes Sociais se mudou da “metáfora para substância” (conforme colocado por Wellman⁶), o mesmo pode ser dito em relação às abordagens de rede sociais com foco na ação coletiva.

A metáfora da rede para explicar os coletivos que emergem de um espaço de sociabilidade é utilizada por muitos autores. (CASTELLS, 2000; WELLMAN; BERKOWITZ, 1991; SCHERER-WARREN, 2006).

O campo de análise de redes sociais não é recente. O início dos estudos envolvendo esta temática se deu com Jacob Moreno na década de 1930 em um trabalho que buscava identificar o motivo de muitas garotas fugirem da escola em um curto período. O autor sugeriu que a razão das fugas tinha menos a ver com fatores

⁶ WELLMAN, Barry. Structural Analysis: from method and metaphor to theory and substance. In: WELLMAN, B.; BERKOWITZ. (Eds). **Social Structures: a network approach**, Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p.19-61.

relacionados ao âmbito individual e mais com as posições dessas garotas em uma rede social subjacente. Este foi o trabalho pioneiro na utilização de sociogramas e sociomatrizes para representar as estruturas sociais utilizando grafos. (BORGATTI *et.al*, 2009).

O conceito de rede social começou a ser desenvolvido em disciplinas das Ciências Sociais e Humanas. As teorias das estruturas sociais com Pierre Bourdieu e Norbert Elias contribuíram para dar sustentação teórico-metodológica às análises de redes sociais em conceitos como capital social, sociabilidade, poder, autonomia e coesão social. (MARTELETO, 2010). A terminologia própria da Análise de Redes Sociais foi desenvolvida seguindo a teoria matemática dos grafos - centralidade do ator, cliques, conexividade, etc (BARABÁSI, *apud* WELMANN; BERKOWITZ, 1991), criando conceitos próprios.

Borgatti *et.al* (2009) descreve outra importante contribuição para o campo de estudo das redes sociais, desenvolvida por Granovetter, sobre a influência dos laços fortes (relações mais próximas, como as de parentescos) e fracos (pessoas conhecidas). Foi com estudos originários de disciplinas como a Psicologia Social, Sociologia e Antropologia que foram desenvolvidos trabalhos construindo conceitos fundamentais ao longo das décadas seguintes.

Em vez dos efeitos independentes gerados pelos atributos dos indivíduos, a perspectiva das redes permite investigar o comportamento social baseado em modelos de interação entre atores sociais. Um laço na rede “é a efetiva conexão entre os atores que estão envolvidos nas interações. Ele é resultado, deste modo, da sedimentação das relações estabelecidas entre agentes” (RECUERO, 2011, p.38). Esta autora afirma ainda que os laços podem representar também os fluxos de informações de uma rede. Para melhor compreensão dessa abordagem Wellman e Berkowitz (1991) resumem os componentes básicos da estrutura da rede:

As estruturas sociais podem ser representadas como redes - como conjunto de *nós* (ou membros do sistema social) e conjunto de *laços* que representam as suas interconexões. Esta é uma idéia maravilhosamente libertadora. Dirige o olhar dos analistas para as relações sociais e liberta-os de pensarem os sistemas sociais como coleções de indivíduos, díades, grupos restritos ou simples categorias. Usualmente os estruturalistas têm associado ‘nós’ com indivíduos, mas eles podem igualmente representar grupos, corporações, agregados domésticos ou outras coletividades. Os laços são utilizados para representar fluxos de recursos, relações simétricas de amizade,

transferências ou relações estruturais entre os ‘nós’.(WELLMAN; BERKOWITZ, 1991, p.4)

Para Newman, Barabási e Watts, (2006) a “nova” ciência das redes, pertinente às ciências sociais se diferenciam dos primeiros trabalhos nas áreas de exatas em três pontos:

- Foco nas propriedades de redes do mundo real, preocupados tanto com questões empíricas, quanto teóricas, ao contrário das teorias dos grafos, com abordagens orientadas ao design e engenharias.
- Considerando que as redes não são estáticas, mas evoluem no tempo de acordo com várias regras dinâmicas.
- Visam entender as redes não somente como objetos topológicos, mas como estruturas sobre as quais são construídos sistemas dinâmicos distribuídos.

Nas redes sociais, as estruturas hierárquicas dão lugar às relações e elos informais. As teorias das redes sociais buscam analisar as relações sociais de indivíduos (*redes egocentricas*) no nível micro, e no nível macro, *redes inteiras* de comunidades ou grupos são estudados (HANNEMAN; RIDDLE, 2005). No primeiro caso, busca-se analisar o papel de um indivíduo na(s) rede(s) em que ele está inserido, identificando sua posição nela(s), ou seja, o foco está no indivíduo. Já no segundo nível, o *corpus* da análise é o grupo como um todo.

No âmbito da Ciência da Informação, os estudos envolvendo redes sociais surgem no final dos anos 90 inspirados nos processos de globalização econômica e cultural, no contexto da ampliação dos fluxos informacionais mediados pelas novas tecnologias. (MARTELETO, 2010)

As interações nas redes acontecem em determinado espaço, podem ser presenciais ou virtuais, onde a geração, compartilhamento e difusão de informação resultam em fluxos que perpassam todo o espaço. Castells (2000) define espaços de fluxos como uma “organização material de práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam em fluxos”.

Para Marteleto (2010) é comum nos dias atuais associar a expressão ‘redes sociais’ com os espaços de interação da *web*. Esta autora destaca que o princípio geral dos estudos de redes é a compreensão como espaço de trocas coletivas, qualificadores de informação e experiência. Castells (2000) afirma que a internet oferece uma

alternativa de criação e manutenção de redes sociais. Nas redes sociais formadas no ambiente virtual, os produtores e disseminadores de informação se encontram no espaço de fluxo e interação, dando dinamicidade para o conteúdo produzido. A este tipo de rede é atribuído potencial de crescimento e assim, representação no espaço físico em que vivem.

Nestes casos, cada grupo pode ser representado como um nó central de atores sociais que se mobilizam nos espaços de luta. As novas formas de comunicação favorecem o surgimento de um novo conceito de comunidade. A comunidade virtual é definida como uma rede eletrônica organizada em torno de interesses e objetos em comum (CASTELLS, 2000), não necessariamente relacionados à temas ligados à tecnologia de informação, mas às outras questões de mobilização social pertinentes ao mundo da vida.

Uma das ênfases de análise de rede proposta por Hanneman e Riddle (2005) é ver como o padrão de escolhas individuais dá origem a padrões mais holísticos. Nesse sentido, buscamos elementos presentes no fluxo informacional que identifiquem como acontece a influência de tais padrões.

Marteletto, Ribeiro e Guimarães (2002) discutem as práticas *político-pedagógicas* como modo de intervenção social dos movimentos da sociedade civil. Segundo as autoras, há o gerenciamento próprio da produção e organização das informações por esses movimentos, indo além do discurso oficial composto pelo conhecimento gerado no âmbito científico, do Estado e do direito.

Ao contrário de um sistema tradicional de comunicação (*top-down*), as redes permitem que o fluxo de informação seja direcionado em um modelo *bottom-up*, ou seja, de baixo para cima e, principalmente, multidirecional. Alguns pesquisadores perceberam que a perspectiva das redes permite alavancar novas respostas para as questões de informação.

Tomando por base a dinâmica da informação e do conhecimento constituintes das redes, temos na ideia da aprendizagem o constante modificador dos processos que regem o campo de ação do sujeito coletivo. Com o amadurecimento e consolidação das relações que orientam a atuação das redes, o conhecimento se aprimora, e então, é construído um arcabouço de saberes que se transforma com o desenvolvimento das ações. Para Issberner (2007, p.3) “De fato, esse processo de transformação coletivo e contínuo de conhecimentos, ideias e sentidos que ocorre nas redes faz com que

assumam cada vez mais o *status* de *locus* de geração de conhecimento e, portanto, de aprendizado”. O poder comunicativo nas interações em rede é gerado a partir dos processos de produção e compartilhamento da informação e conhecimento. Estes elementos são, ao mesmo tempo, matéria-prima da aprendizagem coletiva e composição da argumentação diante do poder público.

As redes sociais, inclusive aquelas formadas nos ambientes virtuais, são vistas no contexto desse trabalho como meio de formação e comunicação dos movimentos originários da sociedade civil que visam alterar os padrões de consumo.

Levando em conta que a cooperação que os rege não é um fenômeno natural, é possível afirmar que os atores se auto-organizam e se definem por uma espécie de controle horizontal, não hierárquico. Estes tipos de laço social podem ser entendidos como bem comunitário e atuam no fortalecimento da democracia. Os grupos articulados criam círculos de intercomunicação para difundir as informações pertinentes para suas atividades.

Scherer-Warren (2006) propõe a distinção de três níveis de relações de redes sociais necessária para a compreensão da complexidade das formas de interação em rede. Apesar de interagirem empiricamente, sugere, além do próprio conceito de redes sociais, mais duas categorias analíticas: *coletivos em rede* e *rede de movimentos sociais*, as duas relacionadas às redes organizacionais ou propositivas de políticas públicas.

Coletivos em rede referem-se às conexões entre organizações empiricamente localizáveis, como as ONGs de um mesmo eixo temático. Essas mesmas ONGs, quando incluídas em redes mais amplas, conformam a segunda categoria, a rede de movimentos sociais.

Uma rede social se compõe de atores que interagem entre si com objetivos e questões em comum. Neste sistema de interdependência, seus membros compartilham, além dos objetos de ação, valores éticos e identidade:

Um movimento social pode ser entendido como uma rede de interações informais, composta por uma pluralidade de indivíduos, grupos, organizações engajados em conflito político ou cultural, com base numa identidade coletiva comum. São formas de ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nas quais se inserem. As reações podem se organizar sob diferentes formas: a) denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas; b) cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade; c) construção de uma utopia de transformação, com a

criação de projetos alternativos e de propostas de mudanças. (MARTELETO; RIBEIRO; GUIMARAES, 2002 p.73)

A influência social que grupos organizados em rede podem exercer e os mecanismos mobilizáveis podem ser de grande valia nas propostas para formulação de novas políticas públicas. Segundo Melucci, as redes

[...] constituem um nível intermediário fundamental para a compreensão dos processos de mobilização. Os indivíduos interagem, influenciam-se e negociam no interior dessas redes e produzem os quadros cognitivos e motivacionais necessários para a ação. [...] a estrutura dos incentivos aos quais é atribuído e reconhecido valor próprio, ocorre a partir das redes de relações que ligam os indivíduos. (MELUCCI, 2001, p.67)

Nesse contexto, cabe indagar a influência da sociedade civil nos processos de deliberação pública e o papel da informação no âmbito da esfera pública.

4.3 Constituição da esfera pública

As redes sociais abrigam diferentes atores e formas de participação. Uma das maneiras de observar a dinâmica da esfera pública política é por meio das discussões envolvendo o Estado e a sociedade civil. Nesse sentido, a teoria da ética discursiva pode contribuir para a reflexão sobre os princípios da democracia do ponto de vista da discussão pública. No modelo de esfera pública de Habermas (1997), cada campo disciplinar tem sua esfera pública, que não se abre à comunidade como um todo. O que se deve apontar então é a existência de esferas públicas (no plural) e não esfera pública, como o autor trata em seu primeiro trabalho – *Mudança estrutural da esfera pública*, publicado em 1962. Esse conceito foi reformulado, tornando-se mais completo e abrangente, com outras perspectivas importantes para este estudo, como diretamente, o papel da sociedade civil e dos movimentos sociais.

A comunicação em massa é vista como mediadora das discussões no âmbito da esfera pública e um agente modificador da dinâmica em seu interior. Com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), principalmente a internet, as ferramentas mediadoras passaram a ter outro tipo de posição nos espaços de interação: como ferramentas para articulação entre os atores. O espaço público simbólico ganha um novo componente que não é exatamente mediador, nem tampouco independente do fator humano, o virtual é ele mesmo mais um elemento para compor a opinião pública.

Nos regimes democráticos em geral, a opinião pública exerce grande influência nas decisões do Estado, sendo que no contexto da chamada “sociedade da informação”, ganhou mais complexidade. Estatisticamente, seria impossível dizer que a opinião pública representa a opinião de todas as pessoas envolvidas nos processos democrático do Estado (HABERMAS, 1997), mesmo assim, exerce algum grau de influência sobre as instâncias de deliberação.

Outro ponto fundamental refere-se às instâncias de decisão, que são abastecidas pelo fluxo comunicativo surgido nas discussões do público, enquanto pessoas privadas. Neste plano, enquanto a burguesia é a primeira classe social a reivindicar prestação de contas do governo (AVRITZER; COSTA, 2004), a esfera que se forma para tal se apresenta como espaço onde a argumentação é cristalizada, construindo um discurso comum para atingir os poderes deliberativos.

O uso público da razão presente nas esferas públicas implica em abordar sua dimensão comunicativa. Para Melucci (1996), no sistema contemporâneo, os sinais emitidos pelos movimentos sociais tornam-se intercambiáveis e o poder opera por meio das línguas e os códigos que organizam o fluxo de informações. Nesta concepção, podemos admitir a presença do poder comunicativo nas ações coletivas que visam interferir nas esferas deliberativas. Esta perspectiva pode ser expandida para além do uso da internet, em todas as novas práticas de comunicação.

A determinação da sociedade civil em tematizar os problemas oriundos do mundo da vida diz respeito ao cotidiano e às pessoas comuns que vivenciam as questões levadas às esferas públicas em outro momento. Para delimitar este conceito e torná-lo mais explícito, partimos para a definição de mundo da vida, segundo Schutz (1979): “esfera das experiências cotidianas, direções e ações através dos quais os indivíduos lidam com seus interesses e negócios, manipulando objetos, tratando com pessoas, concebendo e realizando planos.” Tratando então de um “mundo intersubjetivo comum a todos nós, no qual não temos um interesse teórico, mas um interesse eminentemente prático”. No qual “nos encontramos em cada momento de nossa vida, tomando exatamente como se apresenta a nós na nossa experiência cotidiana” (SCHUTZ, 1979, p.73).

A sociedade civil está diretamente em contato com os problemas do mundo da vida, podendo ser definida como:

A sociedade civil é uma intermediária entre o mundo da vida e a esfera pública, através de estruturas de comunicação, capaz de institucionalizar, na sua forma organizada (movimentos, organizações e associações), os ecos captados dos problemas sociais, agrupando-os e transmitindo-os para a esfera pública política, visando a sua solução. (HABERMAS, 1997, p.99)

Habermas (2002) propõe duas vertentes para tratar da interação mediada pela linguagem: *agir estratégico* – voltado para o êxito; e o *agir comunicativo* – voltado ao entendimento. No primeiro caso, a linguagem é utilizada somente como um meio de transmissão de informação, sem considerar a interação, presente no segundo caso. O agir comunicativo deve preencher condições mais rigorosas de validade, por exigir reconhecimento intersubjetivo. Neste caso, os planos de ação são definidos cooperativamente, levando em conta uns aos outros, que compartilham o mundo da vida, com base em interpretações comuns da situação. Por isso, este modo de ação parece mais adequado para tratar das questões que permeiam os fóruns de discussão públicos.

O bem estar social e o fortalecimento das instituições sociais estão no centro das preocupações que motivam a atuação dos movimentos. Contudo, os membros da sociedade, organizados em torno destes objetivos fundamentais, podem ameaçar a lógica administrativa e econômica do Estado e desafiam a participação social.

Este modelo não é fundamentado em uma teoria de diferenciação entre sociedade e Estado, e sim apresenta um modelo tripartite de múltipla diferenciação entre estruturas sistêmicas econômicas, administrativas e também do mundo da vida. (VIEIRA, 1996). Esta abordagem contribui com a ideia de fórum. Os fóruns de socialização dos saberes formam espaço privilegiado para observação das ações de informação que os constituem essencialmente. A construção de novos fóruns cívicos é incentivada com o uso das ferramentas de comunicação. A informação, nesse contexto, tem papel estruturante e essencial na construção da transformação da realidade social.

4.4 Dinâmicas de informação e comunicação

As redes fornecem oportunidades de ação através da circulação de informação de atividades correntes, organizações existentes ou contatos. (DIANI, 2003). Os fluxos comunicativos que compõem o debate no interior da esfera pública demonstram que os atores estabelecem relações e assumem papéis na dinâmica dos fóruns cívicos de acordo com os respectivos saberes. Ao considerar estes componentes nas questões de

informação, é possível efetuar recortes de modo a permitir trabalhar com os fluxos informacionais e assim, tentar compreender a organização dos atores nas lutas por justiça ambiental e social.

Ao tratar da produção histórica e social do que se entende por “informação”, Capurro (2008) retoma a teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver, para apontar o caráter comunicativo que este conceito pode abarcar. No entanto, essa abordagem se preocupava com os aspectos técnicos da transmissão e desconsiderava a semântica e pragmática contida na mensagem. A definição de informação neste trabalho está relacionada com os signos disponíveis para codificar a mensagem. Assim, a discussão envolvendo o conceito de informação na sociedade moderna compartilha a ideia de que, para tratar deste objeto, não se pode reduzir o ser humano a mero organismo processador de informação, ignorando os complexos culturais que caracterizam o conhecimento e o observador humano.

É neste sentido que “informação” pode ser um termo chave para ciência política, sociologia e economia no que diz respeito aos processos sociais e comunicativos que transformam suas estruturas.

As possibilidades de estudos envolvendo este objeto são amplas e envolvem as relações evidenciadas entre informação e as disciplinas de ciências sociais, por meio da noção da informação construída socialmente. Wersig e Windel (1985) criticam o trabalho de Roberts⁷ pela sua abordagem normativa envolvendo o comportamento informacional do indivíduo (o que Roberts chamou de “*information man*”). Os autores encontram indícios de que antes de ser “homem informacional”, este indivíduo é psicologicamente construído e apontam que os fatores sociais, culturais e econômicos, foram desprezados por Roberts, sendo que esses elementos formam o núcleo do modelo proposto de ‘ação de informação’. A partir disso, Wersig e Windel (1985) sugerem uma abordagem suficientemente ampla, que inclua os seguintes componentes estruturais:

- a) *Abordagem individual* – Na medida em que cada situação e ação nos processos de informação deverá ser reduzida aos atores individuais e suas

⁷ ROBERTS, Norman. Social considerations towards a definition of Information Science. *Journal of Documentation*, v. 32, n. 4, p.249-57, Dec. 1976

condições pessoais. Este é ponto compartilhado de convergência com o trabalho de Roberts.

- b) *Abordagem coletiva* – Nos processos de informação, os atores não são indivíduos isolados, mas representantes de unidades coletivas, que influenciam seu comportamento e sua performance.
- c) *Abordagem do processo* - Este componente cobre a dinâmica do processo de informação, onde fatores estruturais dominantes em qualquer processo de informação subjacente são delineados.

A partir desta primeira proposta para trabalhar o campo informacional, as dimensões do conceito de ação de informação são revistas e apresentadas a seguir:

Uma ação de informação seria assim aquela realizada por atores sociais em suas práticas e atividades, ancoradas culturalmente numa forma de vida e geradas em comunidades epistêmicas ou configurações coletivas de relações intersubjetivas. No contexto sócio-cultural, uma ação de informação poderá orientar-se preferencialmente em direção a processos de objetivação (uso representativo da linguagem) ou oferecer garantias performáticas à busca de entendimento mútuo (uso comunicativo da linguagem) (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2009, p.27).

É pela via do uso comunicativo da linguagem que encontramos o aspecto da informação que circula no contexto das redes sociais, considerando os recursos cognitivos e informacionais que são acionados pelos movimentos organizados e que atuam coletivamente diante de um problema.

Segundo George (2002), com a priorização da esfera econômica nas decisões da esfera política, os componentes da sociedade civil chamam a atenção para o potencial de inovação sócio-político decorrente do uso das tecnologias de informação e comunicação. Para este autor, tais tecnologias amplificam o poder de ação dos atores sociais. Para isso, George (2000) leva em conta a ideia de apropriação proposta por Laulan (1985), em que um grupo ou população se apropriam de um sistema de comunicação. Ao se colocarem como usuários desses sistemas de comunicação, passam a dominar os meios de acesso (técnicos, econômicos, culturais etc.) e a colocar os sistemas a serviços de seus próprios objetivos.

Haythornthwaite (2009) estabelece duas maneiras pelas quais a informação pode circular nas redes: A primeira é a informação mobilizada, que acontece a partir de uma transferência direta (geralmente de uma pessoa para outra) e a outra forma é a

informação acessível, transferida por experiências comuns. A informação mobilizada diz respeito aos recursos trazidos para algum benefício, como informação sobre emprego, saúde etc. Já a informação acessível está presente na rede e fica potencialmente disponível para uso. Essa ideia é relacionada à de conhecimento tácito.

Sobre a transferência de informação em rede, Haythornthwaite (2009) formula os parâmetros para entendimento deste processo. Segundo a autora, a transferência de informação pode ser distribuída de maneira um para um; um para muitos ou muitos para muitos; em conversa ou instrução; através de exemplo ou observação; e face a face ou mediado por computador. A decisão sobre qual informação divulgar, onde, quando e para quem, leva em consideração quem irá receber essa informação, até que ponto ela pode circular, quão relevante ela é e como o interlocutor conhece o público que a recebe. Essa decisão é a base para a transferência de informação e estabelecerá a conexão entre os atores da rede. Quem transfere para quem revela os padrões de conectividade nas redes. Os laços formados por essa transferência entre atores constroem as redes, e no caminho que a informação percorre, são evidenciadas as pontes que levam a informação de um círculo social para outro e *cul-de-sacs*, onde a informação circula repetidamente no mesmo círculo social.

A produção e compartilhamento de informação em rede expõem as relações de poder no interior da estrutura conectada. Partindo daí, a questão passa a ser como a informação e o conhecimento oriundos das interações sociais influenciam as ações em rede e o ambiente em que estão inseridos. As redes se traduzem em atores representados por indivíduos, organizações ou grupos que tecem laços flexíveis fortalecidos a partir do conhecimento gerado e agregado a eles.

5 MOVIMENTOS ECOLÓGICOS

Os movimentos ecológicos podem ser entendidos como NMS (discutidos no capítulo anterior) na medida em que apresentam características típicas relacionadas às formas de atuação e contestação do modelo de desenvolvimento. As manifestações da “sociedade contra o Estado” existem há muito tempo e, por isso, não é essa a novidade dos NMS. Para Melucci (1996), a novidade é como este princípio está conectado aos três fatores fundamentais que formam os pontos chave do “novo” dos movimentos sociais contemporâneos: novas identidades, novos cenários de conflitos e novas formas de organização.

O primeiro ponto chave, novas identidades, explica tanto o movimento ecológico como os pacifistas. Neles, não há delimitação conceitual de raça, sexo, idade ou classe, trata-se do compartilhamento de valores e metas. O segundo ponto chave, cenários de conflito, é o principal componente que justifica exclusivamente os movimentos ecológicos como integrante dos NMS. A industrialização intensificada a partir da Revolução Industrial pôs em questão as consequências para o planeta da utilização de recursos naturais de forma irresponsável e inconsequente. Já o terceiro ponto chave, novas formas de organização, está associado à emergência da utilização das TICs, que transformaram o modo de se estudar os movimentos sociais na “Era da Informação”.

Em torno dos “efeitos colaterais” do desenvolvimento capitalista, como poluição, urbanização, experiências com remédios em animais, etc. surgem movimentos cuja base social é ameaçada e assim, os NMS seriam “subculturas defensivas” nascidas em reação a estas “situações-problemas”. (HABERMAS, 1981 *apud* ALONSO, 2009)

Os movimentos ecológicos confrontam as relações de poder de grandes forças econômicas, utilizando especialmente a lógica do sistema no campo cultural e social. O domínio de atuação destes movimentos passa a ser cada vez mais multissetorial, pois abrangem agências governamentais, ONGs, cientistas, grupos organizados etc. O foco de ação foi sendo reformulado com a agregação de novos temas de acordo com a evolução do debate.

O conjunto de saberes que compõem a argumentação dos movimentos sociais parte de diferentes campos da atividade humana. Determinados tipos de conhecimento especializado encontram-se vinculados às esferas específicas, como a científica, por exemplo. Ao tratar do tema ambiental, Aguiar (2007) aponta a emergência de atores

com papel de contra-especialista. Eles atuam como produtores e disseminadores do conhecimento técnico e científico em redes sociotécnicas.

(...) o que normalmente acontece é um confronto de conhecimentos construídos sob referências de mundo diferentes e cuja legitimação depende de escolhas políticas e/ou econômicas, e não meramente técnicas ou científicas: um confronto entre os especialistas do *establishment* e os “contra-especialistas”(AGUIAR, 2007, p.5)

Segundo Leff (2001), a racionalidade ecológica e a racionalidade capitalista se chocam refletindo conflitos de valores arraigados em esferas institucionais e em paradigmas do conhecimento, além dos processos de legitimação com que enfrentam diferentes classes, grupos e atores sociais.

Os conhecimentos não especializados, aqueles gerados no âmbito da luta social, são articulados e reelaborados contando com conhecimentos gerados nas esferas especialistas. Uma vez que os atores interagem e mobilizam esses saberes, podem construir discursos alternativos à racionalidade dominante.

O conjunto de conhecimento construído em diferentes âmbitos, e que formam a racionalidade ecológica, apresenta particularidades em relação à composição do saber. O saber ambiental se lança para a esfera dos valores éticos, saberes tradicionais e conhecimento prático (LEFF, 2001). Para esse autor, a racionalidade ecológica se faz por “um conjunto de interesses e práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos”.

Jacobi (2000) observa que questões como o aumento populacional e déficit de saneamento estão diretamente ligadas à questão ecológica, porém, não faziam parte da agenda das primeiras ONGs ligadas à questão ecológica, o que limitava a visão dos problemas relacionados. A transformação no ativismo ecológico do século XXI levou o autor a observar que “O grande ponto de inflexão do movimento ambientalista ocorre com a constituição de fóruns e redes que têm importância estratégica para ativar expandir e consolidar o caráter multisetorial do ambientalismo”(JACOBI, 2000, p.132).

O nascimento dos primeiros movimentos ecológicos de atuação verdadeiramente global é parte deste contexto. Mas é dos anos 80 em diante que as organizações não-governamentais cresceram e proliferaram-se rapidamente, sendo responsáveis pela mobilização de segmentos da sociedade em torno de diversos tipos de causa. Aguiar

(2007) aponta que nesse período, os movimentos ambientalistas norte-americanos já sinalizavam para a maior articulação em rede, enquanto que no Brasil, esse formato de mobilização se fortaleceu com a preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, a Rio 92, inclusive com adesão à comunicação eletrônica para troca e circulação das informações relacionadas às questões convergentes (contendo pesquisa de instituições científicas, governamentais e não-governamentais).

Em outro aspecto, a inserção das empresas em causas relacionadas ao ambiente natural também aconteceu nesta década, pois até então a ideia de investir em sustentabilidade era antagônica à de competitividade para este setor (PORTILHO, 2007). No âmbito das empresas e organizações privadas, os interesses e valores seguem a lógica do mercado. Com isso, quando se leva em conta que o principal objetivo de qualquer empresa é a maximização dos lucros, a ideia de “consumo verde” está atrelada ao *marketing* dessas empresas para incorporar uma nova forma de consumo.

As características essenciais de atuação dos movimentos ecológicos se encaixam nos novos padrões de mobilização coletiva surgidos no capitalismo atual. A problemática ecológica se confirma como uma discussão planetária, que é própria desta lógica, visto que a apropriação de benefícios das ações ambientais não necessariamente acontece localmente, nem tampouco os eventuais danos ambientais, vide o processo de emissão de gases estufa. E com o enfraquecimento do Estado nacional, houve uma mudança de escala local para global também no ativismo do século XXI.

A articulação das ONGs e movimentos sociais em nível mundial é considerada por Vieira (1996) como imprescindível para a sociedade civil tratar dos desequilíbrios da globalização, já que o Estado e o mercado não parecem estar em condições de enfrentar a crise econômica, social e ecológica em que vivemos.

Veiga e Issberner (2012) apontam que os modelos das discussões oficiais sobre a temática envolvendo o ambiente natural seguem uma lógica de representações nacionais determinadas por governantes preocupados com o período de seu mandato, enquanto um modelo de governança supranacional seria mais adequado quando a questão é pertinente a um período mais longo. Vieira (1996) também esclarece que a urgência para a solução dos problemas ecológicos não é habitualmente aceita pela maioria dos países, pois, por estarem acostumados com curtos períodos eleitorais, são movidos por exigências da mídia e resultados imediatos, e assim, a discussão é enfraquecida.

Viola (1987) ressalta que os ecologistas do Primeiro e Terceiro Mundo enfrentam problemas de degradação ambiental similares e de degradação social profundamente diferentes. Para Viola e Nickel (1994 *apud* JACOBI, 2000), apesar de problemas similares, os ecologistas do Sul, como é o caso do Brasil, dão menos ênfase ao saneamento básico e equidade social em suas demandas do que os países do Norte. Como prova disso, Negri e Cocco (2005) afirmam que a América Latina é a única região do mundo em que a desigualdade perdurou por todo século XX, mantendo-se como continente mais desigual do planeta, sendo que o Brasil configura-se neste período como o mais desigual do continente. Kempt (2012, p.231) acredita que as desigualdades são o motor da crise ecológica, e segundo ele, “A oligarquia passa a acumular rendas e patrimônio em um grau nunca visto em um século”. Esse autor atribui à competição ostentadora dessa classe (que influencia as outras classes sociais, de acordo com Veblen (1983)) com a difusão do modelo cultural dominante o crescente desperdício material.

É neste ponto que o olhar cultural se torna relevante. A incorporação de diferentes nações pela globalização não significa culturas locais e regionais homogeneizadas, pois as diferenças nacionais que persistem à transnacionalização são convertidas em assimetrias pelo modo como o mercado reorganiza a produção e o consumo para obter maiores lucros e concentrá-los. (CANCLINI, 1999). A partir desta perspectiva, os movimentos ecológicos direcionados ao questionamento das relações de produção e consumo constituem objeto privilegiado para se tratar a problemática apresentada.

5.1 Os movimentos anti-consumismo

A tematização do consumismo e suas implicações para o ambiente natural desafia alguns segmentos da sociedade civil, que buscam uma transformação por meio de uma práxis social contrária à lógica capitalista encampada pelo Estado. Entendido muitas vezes como um fenômeno econômico associado ao comportamento ou psicologia do consumidor, as novas correntes anti-consumismo tratam o tema no contexto de uma ação coletiva.

As ações coletivas anticapitalistas que se organizaram desde os anos sessenta vem ganhando força com a incorporação de causas ecológicas nos novos movimentos, dentre elas o anti-consumismo. Tais movimentos, em geral, não podem ser definidos

apenas no campo ecológico, sendo necessário um entendimento de seu aspecto cultural, no que se refere aos valores e práticas adotadas. Estas ações coletivas que brotam da sociedade civil em geral em contraposição ao poder do Estado e do mercado, sugerem um campo diferente da luta pelo poder, dando lugar a novos valores, como o de solidariedade. (VIEIRA, 1996).

Portilho (2007) aponta dois tipos de discurso que fazem parte da discussão em torno do papel do consumismo para a questão ecológica. O primeiro, os socioambientalistas, identificam a ideologia do consumismo como principal responsável pela crise ambiental, atingindo assim, a base do modelo capitalista. O discurso ecológico original, como é chamado, analisa o cenário atual colocando a frente os problemas da escassez e esgotamento dos recursos naturais. Esse discurso se articula em torno da insustentabilidade dos padrões de produção e consumo, propondo uma mudança drástica nos padrões de consumo.

O segundo tipo de discurso corrente envolvendo a crise ecológica é o chamado discurso ecológico oficial. Esse discurso prega a modificação dos padrões de consumo utilizando-se de princípios do “consumo verde”, expressão criada por este grupo para denominar um novo modo de consumir, baseado, entre outros na responsabilidade social de empresas e atitude voluntária dos consumidores. Tal proposta não abrange necessariamente a mudança do padrão de consumo, mas privilegia a produção e consumo de produtos que causam menos danos à natureza. Em muitos casos, é encampada basicamente pelos setores de *marketing* das empresas que fazem o chamado “greenwashing”, prática que está mais associado à criação de uma imagem de sustentabilidade da empresa, do que a adoção de mudanças significativa no seu modo de produzir. A inspiração desse tipo de abordagem está num segmento do movimento ecológico que considera possível reformar o capitalismo, sem, contudo, contestá-lo nos seus fundamentos, de modo a dar uma aparência de que existe um respeito com o meio ambiente e um compromisso.

Tal discurso é evidenciado no caso do Estado brasileiro, que por meio do Ministério do Meio Ambiente, elaborou o “Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil”. De acordo com suas propostas, a ênfase está totalmente nas ações ligadas aos princípios do consumo verde, nas quais contam, exclusivamente, com parcerias de grandes empresas multinacionais e outros órgãos do governo, sem referências às ações desenvolvidas no âmbito da sociedade civil. Ou seja, nas

informações produzidas pelo poder oficial, o consumo verde é exposto como única alternativa de atuação da sociedade diante da questão ecológica.

Nesse contexto percebe-se a discrepância entre o que Leff (2001) denominou de racionalidade ecológica e racionalidade capitalista. Observa-se que os grupos ligados a causas ecológicas apontam a sociedade de consumo engendrada pelo modo de produção capitalista como a origem do problema, enquanto o discurso oficial expresso no “Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil” aponta para a superação do problema a partir de iniciativas vindas do setor empresarial, ligadas basicamente ao aumento da eficiência energética e produtiva.

As relações de consumo passam a se constituir em uma zona de conflito não só para o movimento ecológico, mas por outros movimentos que veem nessa questão parte de suas demandas, como o movimento feminista, com os movimentos de donas de casa, que engajam em atividades denominadas de “consumeristas”, com foco na saúde individual e ambiente natural.

Para Gendron e Turcotte (2006), os Novos Movimentos Sociais Econômicos (NMSE) são típicos da sociedade mundializada e implantam meios de pressão além do conflito Sociedade-Estado, mas sim na atuação na esfera econômica. No campo das redes, atribuindo o *Fair Trade* como um dos exemplos, Diani (2003) afirma que olhar as redes pode nos dizer em que medida certos estilos de vida refletem movimento de subcultura ou simplesmente um nicho de mercado.

Os NMSE dizem respeito à participação de atores nas transformações do mercado que acontecem como espaço das relações sociais e não só econômicas. Participam de uma estruturação ética, política e social, em que a atuação política se refere não somente à emergência de novos atores, mas de uma nova modalidade de pressão (GENDRON e TURCOTTE, 2006).

Para Portinho (2009), os NMSE podem ser vistos como uma releitura dos movimentos ambientalistas, acrescentando as novas questões já apresentadas. Conforme Ortigozza (2009), a pressão política exercida pelos movimentos de consumidores vai além das ações nos locais de trabalho e atuam nas relações de consumo, sendo que ainda, as estratégias utilizadas por esses movimentos como forma de politização do consumo referem-se à criação de cooperativas, boicotes, rotulagens etc. Portilho (2009) categoriza os movimentos de consumidores em três tipos de acordo com a proposta de atuação: o movimento de consumeirismo; anti-consumo e consumo responsável.

Os primeiros movimentos de consumidores eram baseadas no consumeirismo, voltado tradicionalmente para a proteção dos direitos do consumidor no mercado, etiquetagem obrigatória, higiene (OLIVEIRA, 2007) e maior variedade de opções de compra. Estes movimentos passaram a incluir em suas propostas a preocupação com o ambiente natural, aproximando-os dos movimentos ambientalistas. O Idec - Instituto de Defesa do Consumidor - é o principal ator a desempenhar esse papel no Brasil.

Na categoria ‘anti-consumo’ os movimentos tinham o objetivo de diminuir drasticamente o consumo de novos produtos, defendendo a reciclagem, troca, compartilhamento, etc. Uma das vertentes dessa categoria se conecta com a ideia de consumo colaborativo. Atualmente, alguns grupos operam a partir do cadastramento em sites ou se filiam a grupos que operam listas de emails, onde os membros solicitam ou oferecem algum produto (troca ou aluguel). Como exemplo, há o grupo internacional chamado *Freecycle*, em que a ideia central diz respeito à reutilização, o objetivo é repassar os objetos que não são utilizados e quando algum participante necessitar de algo, busca no grupo o objeto ao invés de comprá-lo e outro participante que quer se desfazer de algum pertence, cadastra-o no grupo para que não vire lixo. Nas iniciativas incluídas nessa categoria, a redução do consumo (com eliminação do supérfluo) e a preocupação com os resíduos são as principais motivações para atuação.

O Consumo Responsável, a terceira categoria proposta, é o foco desta dissertação e por isso será mais detalhado.

5.1.1 Consumo Responsável

Cortez (2009) indica que as raízes do consumo responsável estão nos movimentos ecológicos e de consumidores, e afirma que este tipo de movimento tem em seu horizonte a justiça social e a sustentabilidade ecológica aliados ao empoderamento de indivíduos, seja consumidores, cidadãos ou pequenos produtores.

Esta modalidade é inspirada nos princípios mais abrangentes da Economia Solidária e do Comércio Justo. O comércio justo (*fair trade ou commerce équitable*) é um movimento que se iniciou nos Estados Unidos nos anos 50 e se estendeu para vários países da Europa (Holanda, Alemanha, Grã-Bretanha entre outros), América Latina e Japão. (SCHNEIDER, 2007). A definição que orienta muitas entidades ligadas ao comércio justo é a do IFAT– *International Federation on Alternative Trade*:

Comércio Justo é uma parceria comercial baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional. É uma modalidade de comércio que contribui para o desenvolvimento sustentável por meio de melhores condições de troca e da garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados – principalmente do Sul. (IFAT, 2001, *apud* SCHNEIDER, 2007, p.17).

À respeito do movimento internacional de Comércio Justo, Nicholls e Opal (2006) esclarece que não se trata de caridade, mas de reconhecer direitos e responsabilidades de todos os interessados, consumidores e produtores. Segundo os autores, nas rodadas multilaterais de negociação da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Doha, Seattle e Genoa protestos chamaram atenção de alguns consumidores ocidentais desiludidos com o andamento do mercado global e o *Fair Trade* surge como o mais importante mecanismo de mercado para melhorar a vida dos produtores nos países desenvolvidos.

Os grupos que participam da rede internacional de Comércio Justo e Solidário tem atualmente maior presença na Europa, sendo representados no Brasil, oficialmente, desde 2001, com a criação da organização Faces do Brasil, uma plataforma que congrega atores do movimento do Comércio Justo e Solidário. De acordo com esta organização, a o movimento inicial se deu

[...] por uma articulação de entidades públicas e privadas contextualizadas historicamente no fomento a produção de base solidária brasileiras que perceberam no conceito internacional de Comércio Justo, uma possibilidade concreta de ampliação e aprimoramento das relações comerciais de base solidária em nosso país (FACES DO BRASIL, 2012, não paginado)

Seguindo o modelo de mercado proposto pelo Comércio Justo, o Consumo responsável diz respeito ao ponto de vista dos consumidores. Sendo assim, o consumo responsável é definido pelo Instituto Kairós (2010) como a “capacidade de cada pessoa ou instituição pública ou privada, escolher e/ou produzir serviços e produtos que contribuam, de forma ética e de fato, para a melhoria de vida de cada um, da sociedade e do ambiente”. A partir desta definição é possível identificar que os princípios que orientam esse tipo de consumo levam em conta a percepção da necessidade de uma mudança de atitude e de uma resistência ao consumismo, um dos alicerces do capitalismo contemporâneo.

O consumo responsável é bastante próximo do que alguns autores denominam de consumo solidário. Esta denominação é adotada por Mance (2003) que considera

consumo solidário aquele ancorado em primeira mão aos princípios da Economia Solidária, afirmando que esse ato de consumo

(...) significa consumir bens ou serviços que atendam às necessidades e desejos do consumidor, visando: (a) realizar o seu livre bem viver pessoal; (b) promover o bem-viver dos trabalhadores que elaboram, distribuem e comercializam aquele produto ou serviço; (c) manter o equilíbrio dos ecossistemas; (d) contribuir para a construção de sociedades justas e solidárias. (MANCE, 2003, p.44)

A economia solidária, também questiona o atual modelo de desenvolvimento baseado na concorrência e eficiência econômica, configurando-se como uma alternativa crítica ao capitalismo. Para Singer (2002), no capitalismo “os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras”, ou seja, é uma economia baseada na desigualdade. Enquanto para a economia solidária, os participantes da vida econômica não se relacionam a partir da competição e sim da cooperação. Singer (2002) afirma ainda que o resultado natural de competição e desigualdade se dá pelos princípios da propriedade individual aplicado ao capital e o direito de liberdade individual. Enquanto que a proposta da economia solidária é de um modo de produção cujos princípios básicos são de propriedade coletiva ou associada dos meios de produção, solidariedade e autogestão.

O princípio da autogestão é um dos mais expressivos na Economia Solidária, pois segundo Singer (2002), reflete a maior diferença em como as empresas são administradas entre essa e a economia capitalista. Por definição:

Autogestão é uma forma de organização coletiva cujo elemento essencial é a democracia. Ela se realiza na comunidade, escola, empresa, etc. Podemos dizer que a autogestão é a radicalização da democracia, no sentido de envolver a participação integral dos membros do grupo, acesso total às informações, conhecimento dos processos e, sobretudo, autonomia e autodeterminação. (ANTEAG, 2008, não paginado)

No Brasil, a Economia Solidária vem ganhando espaço inclusive na esfera pública visto o trabalho desenvolvido na Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), ligada ao Ministério do Trabalho e criada em 2003. A partir daí, as primeiras entidades, que originariamente vieram do sindicalismo, passaram a ser de fomento e apoio à economia solidária e têm se fortalecido no Brasil, como Anteag (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão) e Unisol (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários). Singer (2002, p.124) afirma que a

integração entre essas entidades "é uma rede eletrônica que enseja o intercâmbio de notícias e opiniões, e está se transformando também em rede eletrônica de intercâmbio comercial entre cooperativas e associações produtivas e de consumidores".

Para a expansão das redes de colaboração solidária e ou das redes de economia solidária, a estratégia do consumo responsável (ou solidário) é um dos elementos centrais para que isso se efetive (MANCE, 2003).

De fato, as definições de consumo solidário e consumo responsável não apresentam diferenças significativas. Contudo, a partir do aprofundamento no conhecimento do conjunto de práticas que adotam, é possível identificar uma sutil diferença de ênfase. Mance (2003) esclarece que a prática consumo solidário pressupõe a compra de produtos e serviços oriundos da Economia Solidária. Já a prática de consumo responsável, também dá preferência aos produtos solidários, mas adota critérios que determinam o ato de compra de seus adeptos.

Oliveira (2007) destaca que a perspectiva socioambiental e o combate à desigualdade são as motivações centrais para a formação dos grupos de consumo responsável. A autora elenca algumas dessas motivações que inspiram novos valores para os consumidores:

- Desigualdades econômicas e sociais em nível local e global;
- Pobreza extrema das pessoas;
- Exploração dos trabalhadores e o desrespeito pela sua dignidade;
- Democratização das decisões nos processos produtivos;
- Desigualdade de gênero;
- Desenvolvimento integrado, local e regional;
- Esgotamento dos recursos naturais - água, solo, florestas;
- Problemática dos combustíveis fósseis;
- Aumento descontrolado de resíduos e emissões poluentes;
- Biodiversidade ameaçada;
- Efeito de estufa e as alterações climáticas.

A noção de consumo responsável tem origem em posições dos movimentos ecológicos e de defesa dos consumidores (MANCE, 2003; CORTEZ, 2009). Segundo Mance (2003), os movimentos propõem-se para a reflexão sobre os impactos do consumo a ideia dos 4Rs: Reduzir o consumo de itens inúteis e descartáveis etc.;

Reciclar para recuperação, se possível; Reutilizar, abandonando modismos, adquirindo produtos usados etc.; Reparar os bens danificados, para aumentar sua vida útil.

De acordo com Issberner (2008), estes valores motivaram a formação de movimentos econômicos e sociais novos, considerados como “novas formas da ação coletiva baseada em - ONGs e redes – em vez de em sindicatos e partidos políticos” (WILKINSON, 2006 *apud* ISSBERNER, 2008).

Nesse contexto, alguns grupos de consumo responsável são organizados a partir das relações mais próximas entre consumidores e produtores que transformam o ato de compra em um ato político. Segundo Mance (2003), são propostos para isso também o não desperdício de energia, promoção de serviços coletivos (uso de transportes públicos, frequentar bibliotecas, museus e parques para lazer etc.), usar equipamentos coletivamente (lavadoras, computadores etc.) e ainda, superar o medo da solidão e notar que é possível viver confortavelmente com menos. Muitos destes grupos têm em vista contestar o mercado convencional, formado por grandes empresas multinacionais e redes de supermercados e o consumo desenfreado. Os valores adotados por estes movimentos se manifestam também na forma como atuam, sendo a auto-organização e a transparência práticas características pelos grupos.

Lembrando que os consumidores responsáveis seguem o modelo mais amplo do comércio justo, Verenhitch (2007) aponta que uma das práticas do Comércio Justo é que da produção à comercialização de produtos (seja alimentar ou artesanal), busca-se a transparência das ações entre os atores de modo a garantir a igualdade entre os participantes. Para Gedron (2004) exemplificam apontando que o setor agroalimentar é o que historicamente têm concentrado o empenho em torno das certificações de produtos orgânicos e agroecológicos. Por tratar-se do consumidor final, os produtos certificados são acompanhados de uma etiqueta que o identifica de acordo com as especificações ecológicas e de saúde. No entanto, esse é um ponto de discussão entre os participantes do comércio justo, já que regular como os produtos do mercado convencional pode significar sua absorção pelo mesmo.

O modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio tem sido o principal foco de crítica dos movimentos de consumidores responsáveis. Esses grupos foram analisados pelo Instituto Kairós (2011) que até o ano de 2011 identificou vinte e duas experiências nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Importante notar que em um levantamento anterior (2010), esse número era de dezessete, o que

demonstra o crescimento dessas iniciativas em todo Brasil. Muitos grupos desta categoria, de acordo com o Instituto, estabelecem vínculos com fóruns de economia solidária e/ou articulações de redes de agroecologia, sendo a busca pela viabilidade econômica e administrativa e a mobilização de consumidores para compra coletiva, os principais desafios apontados.

6 ESTUDO DE CASO DA REDE ECOLÓGICA

Este capítulo apresenta e discute a pesquisa de campo realizada junto a uma rede de consumo responsável que atua no Estado do Rio de Janeiro, denominada de Rede Ecológica. Nos itens que se seguem são detalhados os antecedentes da pesquisa e os processos envolvidos, ou seja, a coleta de dados e análise e interpretação destes dados, conforme metodologia anteriormente apresentada (Cap.2).

6.1 Identificação e classificação de iniciativas da sociedade civil mobilizadas para o consumo responsável no Brasil

Visando identificar iniciativas no Brasil relacionadas movimentos associados ao anti-consumismo e outras causas relacionadas ao consumo, foi realizado o levantamento na internet para identificar *sites*, *blogs*, páginas em redes sociais e grupos de discussões pertencentes a grupos de consumo. Reportagens jornalísticas e trabalhos acadêmicos também foram utilizados como fontes de informação. Buscou-se levantar não apenas os movimentos de consumo responsável, objeto de pesquisa dessa dissertação, mas outros correlatos, para conhecer e dimensionar a importância desses movimentos no Brasil. A categoria do consumo responsável tem como um dos diferenciais o fato de os grupos envolvidos exercerem algum nível atuação política e deterem de forma explícita o compromisso ecológico.

Os grupos identificados foram distribuídos de acordo com as três categorias de movimentos de consumidores apresentadas por Portilho (2009), a saber: consumeirismo, anticonsumo e consumo responsável. Como resultado da pesquisa foram identificados:

- 1 grupo que atua na categoria “consumeirismo”;
- 5 mobilizados em torno da ideia de “anticonsumo” e;
- 16 grupos que atuavam segundo a concepção de “consumo responsável”.

O ponto de partida do o levantamento levou em conta as informações sobre esses movimentos existentes no Brasil disponibilizadas pelo Instituto Kairós, ONG sediada em Minas Gerais cuja missão é “gerar e transferir tecnologias sociais orientadas ao desenvolvimento humano”. Em seguida, a partir de informações na internet e contatos telefônicos, foi verificado se os movimentos estavam em funcionamento, e então, foi

constatado que alguns já não existiam mais. A secretaria do Fórum de Economia Solidária forneceu também atualizações sobre atividades dos grupos vinculados ao seu domínio.

O Instituto Kairós desempenha um papel importante no que diz respeito ao apoio aos Grupos de Consumo Responsável (GCR) no Brasil. Além de mapear as iniciativas em curso, também promove eventos e publicações para que as experiências sejam divulgadas entre os grupos distintos e para o público externo, de modo a despertar interesse pelo tema e para inspirar a formação de novos GCRs.

Esta ONG organizou em 2011 o Encontro dos GCRs no âmbito do Projeto “Promoção do Consumo Responsável nos Territórios Rurais” em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), que contou com 13 GCRs. Nesse evento foi lançada a ideia da formação de uma Rede Nacional de GCRs, o que acabou se concretizando no final 2012 com a aprovação de um projeto que, segundo uma representante da Rede Ecológica, visa a apoiar a formação e a manutenção desses grupos.

No Quadro 1 são listados os GCRs atuantes no Brasil no momento da pesquisa.

Quadro 1 – Grupos de Consumidores Responsáveis no Brasil

Nome	Local
Trocas Verdes	Campinas, SP
ConsumoSol	São Carlos, SP
ComerAtivamente	São Paulo, SP
MIIC - Associação de Integração Campo Cidade	São Paulo, SP
Sementes de Paz	São Paulo, SP
Terra Harmônica	Mogi das Cruzes, SP
Rede Guandu	Piracicaba, SP
Rede Ecológica	Rio de Janeiro (estado)
Cooperativa Solidária de Alimentos Orgânicos do Estado do Espírito Santo - O Broto.	Serra, ES
Multiplicadores para o consumo sustentável	Cachoeirinha, RS
Compras coletivas Ecosolidarias	Florianópolis, SC
Compras Coletivas de Produtos Orgânicos e Ecológicos	Cascavel, PR
Siscos (Instituto Ouro Verde)	Mato Grosso
Grupo de consumidores Responsáveis do Benfica	Fortaleza, CE
Rede Moinho	Bahia
Associação de Comercialização de Xique-Xique	Xique-Xique, RN

Fonte: Elaboração própria

Nos GCRs listados foram identificados diversos tipos de prática, tais como a troca de produtos, venda de produtos agroecológicos e/ou orgânicos, atividades culturais, atividades de conscientização sobre produtos industrializados, oficinas, palestras e cursos sobre o tema, entre outras, como forma de mobilização coletiva.

6.2 Seleção do objeto de análise

Inicialmente, a pesquisa de campo pretendia investigar as relações entre os grupos de consumo responsável listados anteriormente. No entanto, essa proposta foi reformulada devido ao fato de que alguns grupos atuavam de maneira bastante informal, dificultando a realização de contatos por telefone ou e-mail, e além disso, muitos desses grupos tinham uma existência muito curta, quando era feito o contato com um membro era comunicada a dissolução do grupo. Essa dificuldade inicial

motivou a realização de uma análise das interações de um desses grupos de consumo responsável, visando estabelecer os seus *links* internos e externos.

Para Yin (2003), o estudo de caso não é nem uma tática de coleta de dados, nem uma característica de planejamento, e sim uma estratégia de pesquisa abrangente. Podendo ser definido como:

(...) uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2003, p.32)

Em pesquisas que envolvem acontecimentos contemporâneos e não há controle sobre eventos comportamentais, o estudo de caso é a estratégia escolhida, segundo Yin (2003).

A variedade de evidências que podem ser incluídas no Estudo de Caso é uma das vantagens próprias dessa estratégia (YIN, 2003). Inclusive, o autor recomenda a utilização de várias fontes de coleta. “Isso permite que o pesquisador dedique-se a uma ampla diversidade de questões históricas, comportamentais e de atitudes” (p.127). No estudo de caso desenvolvido no âmbito dessa dissertação, tal abordagem permite que sejam confirmados os dados obtidos com a pesquisa preliminar, por exemplo. Yin (2003) também indica a observação direta e entrevistas como técnicas fonte de evidências para os estudos de caso.

O grupo de consumo responsável selecionado para o estudo de caso foi a Rede Ecológica, que se organiza e se mobiliza principalmente para a disseminação de práticas de produção orgânica e agroecológica, adotando o que se entende por consumo responsável. A escolha deste grupo se justifica pelas suas características consolidadas como movimento social e o comprometimento com a questão socioambiental. Este grupo ilustra, de forma exemplar, vários aspectos discutidos nessa dissertação com relação ao tema dos movimentos sociais anti-consumo, particularmente quanto aos princípios e valores que o norteia.

Em praticamente todos os meios utilizados para levantamento dos grupos (internet, contatos com especialistas, imprensa, entre outros) a Rede Ecológica foi destacada, além de constar no levantamento do Instituto Kairós (2011). Esse é o mais antigo dos grupos ligados ao consumo responsável, mantendo suas atividades de forma contínua ao longo do tempo. Com isso, demonstrou sua solidez enquanto organização

social e por isso, poderia aportar a perspectiva histórica do movimento, além de amadurecimento, o que seria importante para a realização da pesquisa de campo.

6.3 Caracterização do objeto de análise: a Rede Ecológica

Esta parte da pesquisa tem um caráter basicamente descritivo e toma por base informações levantadas a partir do site da Rede Ecológica (RE) ⁸ e os documentos produzidos e disponibilizados pela organização.

A Rede Ecológica é um movimento social organizado em torno do consumo responsável, localizada no estado do Rio de Janeiro, tendo como forma principal de atuação a compra coletiva de produtos orgânicos e/ou agroecológicos e a disseminação da prática junto à sociedade. Esta modalidade de consumo é inspirada pelos princípios da Economia Solidária e do Comércio Justo, principalmente no que diz respeito à autogestão, preservação ecológica, solidariedade e cooperação.

Duas cooperativas da década de 70 inspiraram alguns anos mais tarde a formação do grupo de consumidores que deu origem a Rede Ecológica em 2001. A iniciativa começou com duas moradoras do bairro da Urca (Rio de Janeiro), que logo resultou no primeiro núcleo da RE. Atualmente, conta com nove núcleos – nos bairros cariocas de Botafogo, Humaitá, Santa Teresa, Urca, Vila Isabel e Vargem Grande; nos bairros de Niterói Itaipú e Ingá, e ainda na cidade de Seropédica. A Cooperativa de Consumidores de Produtos Naturais (COONATURA), nascida em 1978 no Rio de Janeiro é apontada por Feiden, Fonseca e Assis (2002) como uma das primeiras iniciativas em âmbito nacional envolvendo o consumo de produção orgânica. A Coolmeia, do Rio Grande do Sul, também em 1978, surgiu como uma cooperativa de consumidores com a ideia de difundir a produção orgânica e agroecológica.

A ideia principal é de que os consumidores tenham contato direto com os produtores agroecológicos e participem da gestão da rede. Os próprios membros se encarregam de atividades como acompanhar os produtores, o transporte, a distribuição, gestão financeira e as demais ações, que envolvem tanto a parte operacional da compra coletiva, quanto as demais atividades relacionadas ao tema do consumo responsável.

Neste aspecto, é importante salientar que a compra coletiva não está desassociada dos problemas ecológicos e sociais gerados pelos padrões de consumo da sociedade contemporânea. De acordo com o *site* da Rede Ecológica, há atividades de

⁸ <http://www.redeecologicario.org/>

reaproveitamento de embalagens, agroturismo, representação em campanhas, grupos de trabalho e organizações envolvidas com as temáticas de segurança alimentar, agricultura urbana, agroecologia e economia solidária.

6.3.1 Funcionamento da compra coletiva

A compra coletiva da Rede Ecológica envolve duas categorias de atores: os cestantes, que são os membros da rede que fazem as encomendas, e os produtores, aqueles que fornecem os produtos. O número de cestantes é em torno de 200, o que corresponde, grosso modo, ao número de famílias participantes, já que um cestante geralmente faz as compras para sua casa.

Os cestantes são basicamente membros associados à rede que compram os produtos agroecológicos e/ou orgânicos com preços abaixo do valor dos mercados tradicionais de orgânicos. Para isso, recebem uma planilha por e-mail com os produtos disponíveis, preenchem de acordo com suas preferências e retornam o documento com o pedido. Os cestantes são também os organizadores (na forma de comissões) das atividades que envolvem toda a dinâmica da rede.

Há dois tipos de comercialização dos produtos: Os “secos”, que são entregues mensalmente e consistem em grãos, polpas de frutas congeladas, processados (palmito e geleias por exemplo.) e produtos não alimentares (de limpeza, higiene, cadernos de receitas etc.). Esses últimos são produzidos por produtores ligados à economia solidária. O outro grupo de produtos refere-se aos chamados “frescos” (legumes, folhas, frutas *in natura*, pães etc.), que são entregues semanalmente. No total, são mais de 20 produtores que fornecem esses produtos.

Os produtores de secos estão localizados em diversas regiões do Brasil, como exemplo, podemos citar produtores de vinhos e sucos de uva do Rio Grande do Sul, produtores de palmito de pupunha localizados em Rondônia, produtores de geleias e doces caseiros de Minas Gerais e ainda, produtores de produtos de higiene e limpeza da cidade do Rio de Janeiro.

Já os produtores dos frescos são provenientes de cidades do estado do Rio de Janeiro, considerando que são produtos mais perecíveis. Esses produtos são levados para os núcleos, sendo que no caso de alguns, as entregas são semanais, outros quinzenais e há outros mensais.

Os produtos são destinados a um único local da região central da cidade do Rio de Janeiro. Nesse local é organizado um mutirão entre os associados para que seja feita a separação e conferência dos pedidos para posterior entrega nos núcleos. Com esse sistema, a utilização de transporte é minimizada. A participação no mutirão é facultativa. A responsabilidade para organização é rotativa entre os núcleos, ou seja, cada mês um núcleo é encarregado de organizar os voluntários, material e tudo o que for necessário para a separação dos produtos. Para inscrição de voluntários, há um formulário (figura 1) encaminhado ao responsável pelo mutirão do mês, o que facilita a operacionalização das atividades.

Figura 1: Formulário para inscrição no Mutirão

Nome completo: *
 Caso o nome do associado seja João, mas é a Maria que vai como representante, informar: Maria da Silva (associação: João Pereira)

Email: *
 É importante que o email esteja correto.

Núcleo *

Botafogo ▼

Telefones de contato: *
 É interessante informar algum celular, pois não é raro precisarmos fazer comunicações de última hora.

Turno: *
 (Se não tiver preferência para um turno específico, favor marcar os dois para a gente poder encher o turno que tiver menos gente)

☐ 1º Turno (15h às 18h)

☐ 2º Turno (18h às 21h)

☐ contato de emergência 1º turno (ou seja: você ficará de plantão e ligaremos caso seja necessário um reforço)

☐ contato de emergência 2º turno (ou seja: você ficará de plantão e ligaremos caso seja necessário um reforço)

Fonte: Site Rede Ecológica.

Após o mutirão, sempre uma sexta feira de cada mês, os produtos são direcionados aos núcleos, no sábado, onde o cestante retira sua mercadoria e faz o pagamento (figura 2). Estes espaços são escolas, centros comunitários ou outros locais cedidos, gratuitamente, para a rede. A ajuda na entrega é realizada por membros do núcleo de maneira organizada, já que há controle da participação de cada um nas atividades da rede como um todo. Em todas as atividades desenvolvidas é recomendado

aos participantes que não utilizem carro e que se associem ao local mais próximo de suas residências.

Figura 2 – Entrega de produtos no núcleo Humaitá



Fonte: Site Rede Ecológica

6.3.2 *Princípios e valores*

Os princípios seguidos pelos membros da RE são amplamente divulgados ao público em geral, através de seu *site*, e para os associados, através dos emails periódicos com as cartilhas e também pelo termo de compromisso assinado na adesão à RE, fazendo com que passem a fazer parte das atividades já com conhecimento e concordância, tanto do sistema de funcionamento, quanto destes princípios. Cada um deles representa diversas ações promovidas pela rede.

As ideias associadas à agroecologia sustentam grande parte das ações da rede analisada. De acordo com Feiden, Fonseca e Assis (2002), a agroecologia se refere “uma ciência que procura compatibilizar ao máximo os objetivos da agricultura com as leis que regem o funcionamento da natureza, levando à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais”. Ainda segundo os autores, o uso de tecnologias que respeitem a natureza caracterizam os sistemas agroecológicos, sendo que suas práticas produtivas aliada à pesquisa científica demonstraram ser um sistema competitivo e sustentável ecologicamente, além de produzir alimentos mais nutritivos e não contaminados. Levando isso em consideração, pode-se dizer que enquanto os sistemas agroecológicos são defendidos, outros temas são desdobrados, demonstrando os valores que regem os participantes, como uso de agrotóxico no campo e defesa de comunidades camponesas e indígenas.

O perfil dos associados da Rede Ecológica foi analisado, especificamente, por Carneiro e Portilho (2012) que apontaram que o motivo maior que leva os membros da RE a consumir produtos orgânicos é a preocupação ambiental, associada ao combate do uso de agrotóxicos pela agroindústria. Além disso, também as autoras colocam que a motivação para participação na RE foi majoritariamente (79,7% dos entrevistados pelas autoras) apontada pelos consumidores em virtude da preocupação e incentivo aos pequenos produtores, sendo que nessa questão, conforme a pesquisa, a preocupação está associada ao ambiente natural.

A seguir são descritos os princípios que orientam as ações concretas da dinâmica da RE, segundo o *site* da Rede Ecológica (2011):

- **Preservação ambiental e social** – O chamado “3Rs” da ecologia – Reduzir, Reaproveitar e Reciclar – fundamenta as ações práticas desenvolvidas e incentivadas pela rede. A redução é a maior prioridade entre os 3Rs, já que consiste em reduzir ao máximo o consumo e assim, a geração de resíduos. O reaproveitamento confere um olhar atento ao que é consumido, evitando o uso de descartáveis e reaproveitando embalagens de materiais como vidro e papelão.

- **Transparência** – Os associados recebem a carta semanal por e-mail contendo a planilha para que façam o pedido dos produtos. Nesta correspondência são informadas as principais atividades e outras informações relacionadas ao consumo responsável. Da mesma forma são repassados a todos os relatórios financeiros mensais.

- **Compromisso** – De acordo com a dinâmica da rede, tanto os pedidos de produtos, como a participação e a própria associação, devem ser cumpridas rigorosamente para que não desestabilize os seus objetivos maiores. Sobre isso, a Rede Ecológica (2011), afirma que “ao fazer a encomenda o consumidor se compromete com seu pedido e ajuda o produtor, que colhe sabendo que terá garantidos a venda e o pagamento de seu produto”. Além disso, o pagamento da mensalidade da associação garante que os produtos sejam repassados sem a margem de comercialização, o que também requer o compromisso de todos os envolvidos.

- **Participação** – Como o sistema de funcionamento está baseado na autogestão (princípio das práticas da economia solidária), os consumidores associados devem participar das atividades essenciais da rede. Para a Rede Ecológicas, essas atividades são o mutirão mensal e as comissões. O primeiro se refere à separação dos produtos

chamados “secos” para serem encaminhados aos núcleos; e as comissões são grupos de pessoas que se dispõem a organizar e manter determinada área da rede.

Esses princípios estão consolidados na atuação da rede. E pode-se notar uma grande preocupação em torno dos processos de produção e consumo, tanto dos produtos envolvidos nas compras coletivas, quanto dos problemas relacionados aos produtos comercializados em grandes lojas e supermercados. De uma maneira geral, faz parte dos valores do grupo a reflexão sobre os estilos de vida e consumo.

6.3.3 Atividades principais e comissões

As comissões que envolvem o trabalho da RE são criadas a partir da necessidade e de acordo com o seu avanço em termos de abrangência e diversificação da atuação como movimento social e organização. Podem agrupar vários indivíduos, uma dupla ou apenas um, dependendo do trabalho a ser feito. São muitas, com o intuito de facilitar e integrar todo o trabalho desenvolvido. Segundo o *site* da Rede Ecológica (2011), a Rede é dividida em quatro eixos principais: Compras coletivas, integração consumidores-produtores, comunicação e movimentos sociais.

Eixo de compra coletiva: é dedicado ao funcionamento das compras propriamente dito, com quatro comissões **cuidados com o núcleo; finanças; logística e mutirão**. A primeira é a comissão de “**cuidados com o núcleo**”, responsável por atividades como receber os novos cestantes (ou acolhida), cuidar de pendências gerais – com controle e atualização de cadastros, mensalidade e participação, trabalho de integração – pela articulação dos membros do núcleo a que pertencem, com sistematização de reuniões e comunicações referentes ao espaço de funcionamento do núcleo, e reaproveitamento de embalagens – envolve separar as embalagens reaproveitáveis e levá-las ao mutirão. Em relação às comissões dos núcleos, são feitos rodízios de três em três meses, em que dois novos membros assumem as funções e os responsáveis anteriores, que conhecem mais o funcionamento, ficam de apoio e assim, sucessivamente. Outra comissão deste eixo é a de **finanças**, que além de realizar o controle financeiro também é encarregada de elaborar os relatórios mensais e orçamentos para aprovação dos núcleos. A terceira comissão, de **logística**, envolve três pontos: Embalagens – engloba as

atividades de redução, reaproveitamento e busca por materiais mais ecológicos. Mutirão, com o controle e acompanhamento dos espaços e materiais para este fim e a Cadeia logística, que mantém contato com motoristas e responsáveis pelos pedidos. E a última comissão deste eixo é a do **Mutirão**, que é rotativa mensalmente (cada mês um núcleo diferente) e organiza as atividades que acontecem uma vez no mês.

- Eixo de Integração consumidores-produtores: reúne outras cinco comissões: a mais nova comissão da rede é a de **agroturismo**, cujo objetivo é estreitar a relação entre consumidores e produtores. Para isso, organizam visitas aos produtores mais próximos e também promovem encontros em eventos que contam com a participação dos produtores mais distantes. A **Comissão de acompanhamento a produtores** envolve o contato com os produtores e repasse de informações sobre os produtos aos cestantes e produtores. A **representação** e repasse dos informes na Comissão de Produção de Agricultura Orgânica do Estado do Rio de Janeiro (CPOrg) é designada a uma integrante da RE.
- Eixo de comunicação: abrange seis outras comissões. A comissão de **informática**, que basicamente é responsável pelos recursos eletrônicos envolvidos na organização da rede, como manutenção do *site* e *blog* e responder ao e-mail principal. A comissão do **caderno ecológico** é encarregada de produzir e revisar o conteúdo desta publicação. Ainda nesta perspectiva, a comissão encarregada dos **materiais didáticos**, produz apresentações sobre os temas convergentes ao consumo responsável e sobre a própria rede. Há também uma comissão designada para **acompanhar as pesquisas** (como esta dissertação) que envolvem a rede, tanto para representar como para acompanhar os resultados finais. A elaboração da **Carta semanal**, o e-mail enviado com as planilhas para compra, é realizado por outra comissão deste eixo que reúne as informações relevantes e repassa a todos os membros.
- Eixo de Movimentos Sociais: organiza-se em comissões que representam a Rede Ecológica em pelo menos seis articulações relacionadas ao seu tema de atuação. A função principal dos integrantes dessas comissões é

de se envolver com as discussões em diferentes fóruns de discussão públicas. O Conselho de Segurança Alimentar e nutricional (**Consea**) é de caráter consultivo, no qual a Rede é representada nas reuniões bimensais do GT sobre agricultura urbana. A rede participa também da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, de alcance nacional, que busca pautar a questão dos agrotóxicos e difundir uma série de denúncias implicadas com o uso dos componentes químicos em âmbito rural. Como uma representação em âmbito municipal, a Rede Ecológica está inserida na Rede de Agricultura Urbana que mantém discussões e ações sobre o tema. No que se refere ao nível estadual, a participação se efetiva pela **Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro**, movimento cujo objetivo é mapear e apoiar as iniciativas agroecológicas de todo o estado. Montou-se ainda uma comissão a fim de acompanhar as discussões e decisões do **GT Rio +20**, que antecedeu o evento da ONU, particularmente no que estava relacionado à Cúpula dos Povos, onde diversos movimentos sociais e ONGs interagiram a fim de debater os temas de interesse fora do evento oficial desta Conferência. A última comissão deste eixo é a representação no Movimento de Economia Solidária no Rio de Janeiro, que atualmente está desativada, mas ainda se mantém caso algum membro se interesse por acompanhar essas discussões.

6.4 Formatação da pesquisa de campo com a Rede Ecológica

Como anteriormente mencionado, a pesquisa de campo teve como objetivo identificar e analisar, a partir dos dados coletados com as entrevistas, o funcionamento geral da RE, a atuação como movimento social e os principais desafios enfrentados pelo grupo.

Adotando uma abordagem qualitativa e quantitativa, a pesquisa tomou como base algumas fundamentações de Estudo de Caso com base em alicerces de Análise de Redes Sociais e instrumentos auxiliares, visando identificar as características essenciais enquanto rede e ainda, a interação entre os atores que a compõem. A ideia foi conhecer as formas de atuação e mobilização adotadas pelo grupo.

A análise dos resultados foi realizada a partir da comparação das informações levantadas de três formas distintas:

- Observação presencial em atividades participativas da rede;
- Entrevistas não estruturadas com pessoas pré-determinadas e;
- Análise das respostas de um questionário (APÊNDICE A) respondido por integrantes da RE.

6.4.1 Identificação e seleção de atores

Identificar os tipos de ator participantes de uma rede é parte essencial para o estudo das redes sociais. Nesta forma de pesquisa, geralmente não há uma amostra e sim uma população identificada. (HANEMANN; RIDDLE, 2005). Isso se deu por meio da indicação de outros membros da RE com quem trocavam informações. Cada pessoa que respondesse, deveria indicar três pessoas com quem trocava informações dentro da RE, o conteúdo dessa troca e atribuir os canais utilizados nessa relação.

É importante esclarecer que para delimitação da rede de informação foi identificado um padrão nos primeiros dados, de atores representados por diferentes núcleos, como Botafogo, Humaitá, Santa Teresa, Urca e Vargem Grande. De cada respondente que deveria indicar outros três membros, cerca de 77% seguiram um padrão que consistia na indicação de dois integrantes do mesmo núcleo e um terceiro de núcleo diferente ou membro externo. Por esse padrão, que também apareceu em Botafogo e Santa Teresa, foi percebido que esses núcleos poderiam representar um dos limites possíveis no que diz respeito aos fluxos de informações entre membros da Rede Ecológica.

Para coleta de dados, foram utilizados métodos complementares com duplo objetivo: levantar dados sobre as propriedades e funcionamento da rede como um todo e da interação entre os atores que a compõem.

No primeiro caso, de dados relativos à dinâmica geral da rede, a observação foi adotada como primeira fase. Marconi e Lakatos (2009) apontam duas formas da observação participante: a natural, quando o pesquisador faz parte do grupo ou comunidade estudada, e a artificial, quando a participação é condicionada à pesquisa. Sendo assim, a coleta de dados foi realizada a partir da observação participante natural, que segundo Marconi e Lakatos (2009, p.79) “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo.” Para as autoras, esta técnica permite

aproximação e vivência real das atividades normais do grupo estudado. Marconi e Lakatos (2009), afirmam que a observação auxilia a pesquisa na medida em que oferece a identificação e obtenção de provas a respeito dos objetivos não conscientes dos indivíduos participantes, mas que orientam seus comportamentos.

Para os dados sobre a interação entre os atores, a observação também contribuiu para a identificação desses atores e seus papéis desempenhados. Conforme sugere Haythornthwaite (2009), para o levantamento dos atores participantes de uma rede, a observação da interação entre eles, através dos ‘produtos’ gerados. Para isso, são considerados os documentos produzidos em conjunto, atas e relatórios de eventos em que os atores estão presentes, redes maiores a que pertencem e outros dados coletados a partir de mensagens disponíveis em grupos ou fóruns virtuais. Como estamos tratando de um movimento que interage por meio de reuniões, encontros e de outras atividades relacionadas a compra coletiva, esta forma de coleta é adequada, principalmente para dados sobre quem participou dos eventos e quais foram as informações repassadas aos demais membros da rede. Essa técnica foi fundamental para identificação dos entrevistados e a leitura sobre o funcionamento geral da rede e ainda, auxiliou na elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Sousa (2007) indica a entrevista como método adequado para abordagem qualitativa envolvendo a coleta de dados de redes. Para o levantamento dos atores que compõem a rede a principal forma de coleta se deu a partir da entrevista não estruturada com uma integrante da “Comissão de Pesquisa”, o intuito dessa comissão é justamente dar apoio e acompanhar os resultados de pesquisas acadêmicas. O objetivo da entrevista foi de levantar outros dados sobre a rede em geral, incluindo seu histórico e evolução, assim como a relação dos atores e suas responsabilidades na RE. A partir daí, foram realizadas entrevistas com outras 5 (cinco) pessoas indicadas a partir dos primeiros contatos que tinham mais tempo na RE e atuavam a frente no que diz respeito ao movimento social.

O questionário foi o instrumento de pesquisa utilizado para mapear o fluxo de informações da RE. Como nos estudos de redes não há uma amostra e sim uma população identificada, os integrantes citaram outros e o tamanho da amostra corresponde ao número de membros trocava informações sobre os temas pertinentes no âmbito da RE.

Na fase de análise dos dados foram realizadas a codificação e tabulação dos dados coletados. Para preservar a identidade dos respondentes os nomes dos participantes foram substituídos por códigos. Os dados fornecidos pelo questionário foram codificados da seguinte forma: Os nomes dos participantes e os indicados por eles receberam uma letra por ordem alfabética e de ocorrência das respostas. Em relação à existência da relação informacional entre atores foi atribuído “1” e na falta dela, “0”. Quanto à frequência das interações, a codificação foi feita por valores numéricos de 1 a 3, em que “1” representou a mais baixa frequência sendo “Pelo menos uma vez por ano” e 3 para a mais alta, “diariamente”.

Em seguida, a análise do material que nos permitiu comparar os dados obtidos das entrevistas com a observação. E finalmente, foi realizada a descrição e apresentação das características da rede e suas ações de informação.

6.5 Dinâmica comunicacional da RE

Nesta seção será descrita a dinâmica comunicacional dos atores da rede de informação baseada nas respostas dos questionários com a amostra identificada.

6.5.1 Caracterização dos atores da rede

Considerando que este estudo não pretende mapear o perfil individual dos integrantes da RE e sim identificar suas relações no que se refere à troca de informações, a caracterização dos atores é baseada apenas em alguns atributos fornecidos pelos respondentes do questionário para auxiliar nas outras análises.

No entanto, a partir do estudo realizado, foi possível observar que os membros da RE seguem um perfil de consumidores de orgânicos já traçado por Carneiro e Portilho (2012). Entre os perfis de consumidores de orgânicos, Guivant (2003 *apud* Carneiro e Portilho, 2012) apresentam dois estilos de vida que se diferenciam na forma como a compra desses produtos é realizada. O que chama de “*ego-trip*” diz respeito aos consumidores que comprem orgânicos em supermercados e o fazem “porque os percebem como saudáveis, refletindo um estilo de vida preocupado com o bem-estar e com a saúde pessoal e da família”. O outro estilo apresentado é o “*ecológico-trip*”, que está mais próximo dos consumidores que comprem em feiras, lojas especializadas e/ou por entrega a domicílio. Para eles, a preocupação com a saúde é acompanhada por

responsabilidade ecológica e social (GUIVANT, 2003, *apud* CARNEIRO; PORTILHO, 2012).

Já em relação aos associados da RE, segundo Carneiro e Portilho (2012) são identificados como “*ecológico-trip*” e “*causumers*”, este último segundo as autoras significa “um neologismo que se refere aos consumidores que apóiam uma causa através da compra”. De modo geral, a pesquisa mostra, com base em uma amostra da RE, que há predominância do sexo feminino, grau de escolaridade elevado, alto poder aquisitivo e faixa etária entre 30 e 59 anos.

Os atores que compõem a Rede Ecológica foram caracterizados de acordo com o tipo de participação que exercia no momento da pesquisa. Os atributos dos atores coletados para essa pesquisa foram: Nome, início da associação, núcleo a que pertence e comissão que integra e/ou atividade principal. Com a finalidade de preservar as identidades, não foram identificados os nomes dos participantes e, no lugar, foi atribuído um código.

Com a análise dos atributos foram estabelecidas três categorias de acordo com o eixo definido pela própria RE (descrito em 6.3.3) que considerou o objetivo e propostas das comissões existentes, a saber: Eixo de Compra coletiva, integração consumidores-produtores, comunicação e movimentos sociais. A divisão das respostas por tipo de atuação é apresentada na tabela 1.

Quanto à atividade desenvolvida, a maior parte foi do eixo de Organização de Compras coletivas. Mas é importante lembrar que há integrantes que fazem parte de mais de uma comissão e outros que podem ter desempenhado outras atividades no passado. A categoria “Nenhuma” é representada pelos atores que, no momento da pesquisa, somente faziam compras pela RE, mas que eventualmente poderiam atuar em atividades pontuais como mutirões e ajuda nas entregas mensais. Foi observado que o número de integrantes em cada comissão não é fixo e algumas vezes nem as próprias comissões, como é o exemplo da comissão criada para acompanhar as discussões na Cúpula dos Povos da Rio+20, que se desfez após a avaliação do evento. Pela natureza dos trabalhos desenvolvidos em cada comissão, algumas demandam um maior número de voluntários do que outras, como as de organização de compras coletivas, e isso segue no número de respostas obtidas.

Tabela 1 - Eixo de trabalho dos atores da rede de informação

Eixo	Número de respostas
Interação consumidores-produtores	6
Compras Coletivas	8
Comunicação	2
Movimentos Sociais	2
Gestora	3
Nenhuma	2

Fonte: Elaboração própria

Considerando que a RE se formou em 2001, a maioria (cerca de 77%) dos que fazem parte da rede de informação são associados há menos de 4 anos, conforme tabela 2. Em 2009, particularmente, houve um aumento não só no número de novos cestantes, mas de pessoas que de envolveram efetivamente com a RE, segundo um dos entrevistados. Esses dados demonstram que no âmbito da rede dos núcleos analisados, a informação circula principalmente entre integrantes mais recentes.

Tabela 2 – Ano de entrada na Rede Ecológica dos atores da rede de informação

Ano de associação	Ocorrências
2012	3
2011	4
2010	3
2009	5
2008	2
2007	1
2004	1

Fonte: Elaboração própria

A forma como os atores conheceram RE pode nos informar o seu grau de projeção. De acordo com as respostas, os laços mais próximos (ou seja, amigo ou parente) são os que mais levaram os respondentes à adesão e associação à RE (tabela 3). Sobre isso, Diani (2003) aponta que amigos pessoais, parentes, colegas e vizinhos influenciam decisões individuais de se envolver em um movimento.

Tabela 3 – Fonte de informação sobre a Rede Ecológica

Como conheceu a RE	
Amigo ou parente	9
Internet	5
Outros	4
Jornais ou revistas	0

Fonte: Elaboração própria

Já a “*internet*” foi o segundo meio apontado e único meio indireto citado e para “jornais ou revistas” não houve nenhuma resposta e as respostas inseridas no campo “outros” indicavam mais meios diretos. Nessa última, foram inseridas meios como “passando em frente ao local de entrega”, o que pode indicar uma particularidade do núcleo, já que essa resposta (3) veio de membros do núcleo de Santa Teresa. A outra indicação na categoria “outros” se referiu à “pesquisa sobre comércio justo”, o que pode indicar meios indiretos, inclusive a própria *internet*.

6.5.2 Caracterização da informação

Para a identificação dos tipos de informação que circulam na rede, foi considerado o conteúdo das cartas semanais, que são produzidas pelos membros da Rede Ecológica. As cartas semanais são informações contidas nos e-mails com anexo as planilhas de pedidos e enviadas a todos os associados. Foram consideradas as cartas semanais e seu conteúdo dos meses de outubro e novembro de 2012 e foram identificadas em 5 (cinco) tipos de informação que perpassam a RE.

Importante salientar que essa tipologia foi inspirada no trabalho desenvolvido pela comissão de histórico de cartas semanais, que consiste em organizar as cartas, a fim de apoiar pesquisas. Para este projeto foram estabelecidas categorias dos tipos de informação contidas nas cartas desde o início das atividades da RE e são identificadas por cores nas cartas semanais. Em nosso caso, foram outras informações identificadas diferentes do projeto da RE, pois consideramos além das cartas semanais, a observação das atividades da RE e as entrevistas realizadas.

O questionário permitiu múltiplas marcações sobre as informações trocadas para não desconsiderar possíveis contatos com objetivos diversos entre os participantes.

a) *Organização das atividades da compra coletiva;*

São informações relacionadas à viabilização das compras coletivas por meio de contatos que objetivam organizar os mutirões, a entrega dos produtos, espaços físicos etc.

b) Representação da RE em eventos relacionados ao tema.

Foi identificado, por meio da observação, que os membros da RE participam de eventos com alguma relação ao consumo responsável, como feiras agroecológicas ou orgânicas, oficinas temáticas, seminários, encontros com outros movimentos etc. Quem vai participar, o que vai ser dito, apresentado ou enviado nos eventos são temas tratados por alguns membros.

c) Assuntos relacionados aos problemas ambientais/sociais do Brasil e do mundo;

São temas que emergem na RE devido a alguma projeção local ou nacional que preocupam os participantes da rede. A discussão em torno da utilização do agrotóxico na agricultura, das lutas por territórios indígenas e preservação de espécies ameaçadas são alguns destes temas.

d) Informe sobre reuniões e/ou conselhos públicos sobre o tema;

Considerando a representação da RE em fóruns de discussão pública como CONSEA-RJ e Rede de Agricultura Urbana, são temas de interesse de muitos integrantes os desdobramentos das atividades que acontecem neles.

e) Práticas de consumo responsável

A atividade de compra coletiva sugere que seus participantes se interessam por outras formas de consumir a partir da reflexão daquele ato. Por isso, foi incluída essa categoria para abarcar as informações repassadas sobre maneiras de reutilização e reciclagem de produtos, assim como alternativas ao consumo massivo.

Tabela 4 – Tipo de informação trocada na rede

Tipo de informação	Número de menções
Organização das compras coletivas	36
Práticas de consumo responsável	26
Problemas ambientais / sociais do Brasil e do mundo	22
Informe sobre reuniões e/ou conselhos públicos que envolvem a RE	22
Representação da Rede em eventos relacionados	14
Total	120

Fonte: Elaboração própria

“Organização das compras coletivas” foi o mais discutido entre os atores da rede (tabela 4), pois representa 30% das indicações totais. Isso significa que entre os meios de atuação da RE, a organização da compra coletiva requer maior grau de comunicação entre os integrantes como forma de operacionalizar seu propósito principal.

Segundo os dados analisados, o que se pode dizer em relação às informações com caráter mais interno à Rede Ecológica, é que todas as pessoas, em algum momento, trocam informações sobre a organização das compras coletivas. Como em todas as categorias de atores houve troca deste tipo de informação, podemos dizer que há um envolvimento maior com este tipo de informação em relação às outras categorias dadas.

Quanto à “Representação da RE em eventos relacionados” é o tipo de informação menos trocado entre os atores da rede (11,6% do total de menções). A ideia de “representação” já pressupõe poucas pessoas envolvidas para participar de eventos em nome da RE. Nestes casos, membros apontam um indivíduo com maior conhecimento de determinado assunto e sua relação com a RE.

“Problemas ambientais / sociais do Brasil e do mundo” foi o segundo item mais apontado no primeiro contato citado, o que demonstra que a problemática ecológica representa um tema que preocupa muitos da rede de informação analisada. No entanto, com a análise da distribuição das indicações notamos que há poucas ocorrências para a segunda e terceira pessoas citadas, o que pode mostrar ser um tema mais prioritário do que trivial.

O tipo de informação mencionado “Informe sobre reuniões e/ou conselhos públicos que envolvem a RE” teve 22 menções sobre intercâmbio de informação.

Considerando que a representação nos fóruns públicos é restrita aos membros das comissões com a finalidade de participar dos movimentos sociais, pode-se identificar que há membros além da comissão específica que se interessa pelo tema.

6.5.3 Canais de informação

Seguindo os canais de informação utilizados na transferência de informações pré-identificados na fase da observação, os respondentes teriam que assinalar aqueles que faziam uso no contato com determinada pessoa. Os meios identificados para troca de informações entre os membros da RE foram: e-mails, face-a-face, telefone e redes sociais. Cada ator poderia selecionar quantos canais utilizasse na comunicação com os contatos apontados, ou seja, o mesmo meio poderia ser citado até 3 vezes. A tabela 5, apresentada a seguir, resume os canais indicados por cada participante.

Tabela 5 – Canais de informação utilizados pela rede de informação da Rede Ecológica

Ator	Emails	Telefone	Face -a Face	Redes Sociais	Outros
Are	1	1	1		
Bnf	1		1		
Cnc	3	2	2		
Der	3	1	2		
Jam	3	3	3		
Nim	3	3	3	3	
Fan	2			1	
Ris	2	2	2		
Ses	2	2	1		
Tol	2	1	3		
Und	2		2		
Vop	1		2		
Xaa	1		1		
Oce	2	3	3		Skype
Cit	1	1	2		
Zep	3	3	1		
Qaq	3			2	
Lho	2	1	3		
Total	37	23	32	6	1

Fonte: Elaboração própria

A seguir serão descritos os canais considerados para esta pesquisa e algumas observações pertinentes a cada um.

Troca de informações por **telefone** - O telefone foi citado sempre conjuntamente com outro meio de comunicação, o que indica não ser este o canal principal para a troca

de informações entre os integrantes da rede. É preciso considerar ainda, que este é um meio rápido para estabelecer contatos, com tempo de resposta imediato, por isso, provavelmente utilizado em assuntos mais urgentes ou pontuais, como durante a realização de eventos.

E-mails – Os e-mails, segundo Recuero (2011) tem característica mais assíncrona, ou seja, a expectativa de resposta não é imediata. É um meio adequado para transferência de mensagens associadas com arquivos que eventualmente podem estar sendo produzidos em conjunto. Aqui parece estar a via prioritária para que a compra coletiva seja realizada. Os membros da RE recebem uma planilha anexada, a preenchem com os seus pedidos e reenviam ao seu núcleo correspondente. Nos e-mails estão incluídas as cartas semanais, já apresentadas no subitem 6.3.2. No entanto, não há um diálogo entre quem faz o pedido e quem o recebe. Além disso, este é um meio rápido de se comunicar com outro participante da RE, visto que todos têm acesso a esse recurso.

Troca de informações face-a-face: Ocorre principalmente no momento de entrega de produtos aos associados nos núcleos. Mas também em mutirões, reuniões e passeios onde os membros podem se encontrar e até se conhecer, em alguns casos. Segundo os entrevistados, o encontro presencial já propiciou que diversas novas informações fossem introduzidas na RE, como a indicação de um novo produto ou produtor. Nessas ocasiões são criados laços mais estreitos e, portanto, de confiança entre os membros.

Redes Sociais online – Consideraram-se os contatos realizados via perfis em sites de redes sociais como *Facebook* e *Twitter*. Não foi solicitada a especificação deste contato. Segundo Recuero (2011, p.102), esses sites “não são exatamente um elemento novo, mas a consequência da apropriação das ferramentas de comunicação mediada pelo computador pelos atores sociais”. É o meio menos utilizado pelos atores da rede (6 menções) e só foi uma vez mencionado como único canal utilizado. Segundo dos dados da rede de informação identificada, esses recursos não foram absorvidos pelos os membros enquanto grupo. Os dados demonstram ainda que apenas contatos individuais se fazem por esse meio.

Um debate constante na área de redes e ação coletiva é se as mídias eletrônicas podem representar uma ligação na rede social e ainda, o impacto das novas formas de comunicação nas comunidades e movimentos sociais (DIANI, 2003). Mas como não é

nosso foco entrar nessa discussão, podemos apenas considerar que essas mídias estão incorporadas no modo de atuação da RE, visto os dados apresentados.

A partir da observação, foram identificados ainda os meios utilizados para divulgar a informação da RE entre os membros e ao público externo. No que se refere à produção de informações eletrônicas, a ideia da colaboração está presente. O site da RE⁹ (figura 3) foi desenvolvido em uma plataforma que permite alimentação das informações disponíveis por vários usuários. O *blog* “Ecos da Rede” segue a mesma proposta, e os membros são livres para trabalhar com esses recursos de acordo com seu interesse. Foram identificados dois núcleos que mantêm *blogs* próprios: Santa Teresa e Humaitá. Com uma característica mais interna, nesses canais são repassados informes, atas de reuniões e outras comunicações sobre o funcionamento da RE.

Conforme já apontado, a *internet* foi o meio citado por 5 integrantes como meio para o contato inicial com a RE. Como recurso indireto, é o que mais levou os respondentes a se associarem à RE. Isso pode demonstrar certo alcance das informações que seguem uma direção de dentro para fora da RE.

A *internet* com suas ferramentas associadas desempenha, na esfera pública, o papel do que Melucci (1996) atribui às TICs que de mediadoras, passaram a ser ferramentas de articulação entre os atores e mais um elemento que contribui para a opinião pública. Informações que dizem respeito às questões internas da RE também são disponibilizadas na *internet*. São priorizadas as ferramentas existentes na nuvem, ou seja, recursos online que permitem que os membros os acessem de qualquer lugar, já que a RE não dispõe de um espaço físico próprio que todos os participantes tenham acesso. Os documentos gerados pela RE são abertos aos membros de acordo com a intenção e finalidade do documento. As planilhas referentes à organização das atividades da compra coletiva são editáveis e compartilhadas entre os envolvidos na atividade.

⁹ Site oficial da Rede Ecológica: <http://www.redeecologicario.org/>

Figura 3 – Site da Rede



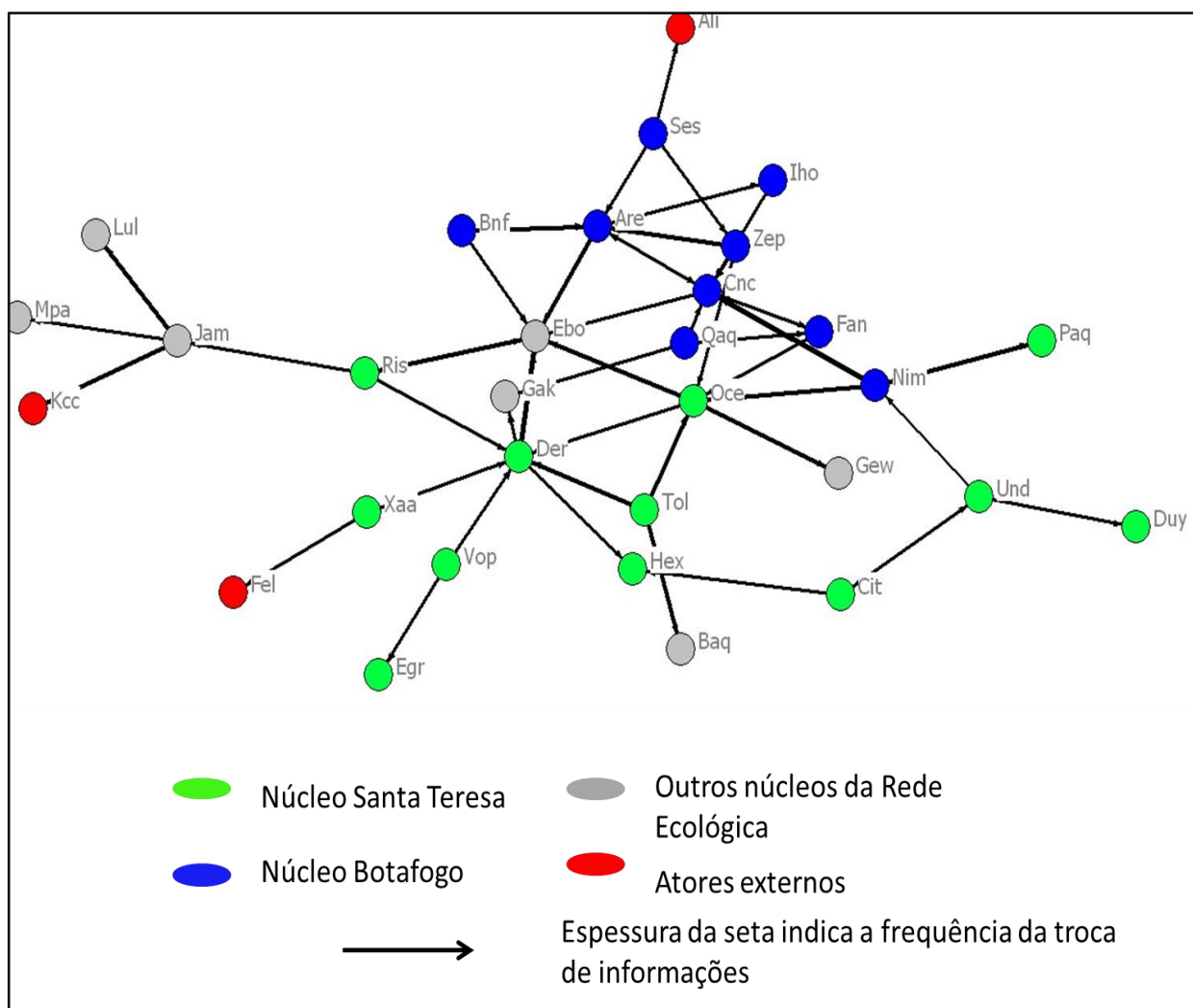
Fonte: Site Rede Ecológica

6.5.4 Fluxos de informação

A ocorrência de interações de troca de informações entre os membros foi identificada a partir da questão que buscava saber com quem o respondente troca informações na Rede Ecológica. No entanto, alguns atores citaram pessoas de fora da RE, mas que mantém contato para os assuntos do grupo. Conforme sinalizado anteriormente, a grande maioria dos respondentes (76%) indicaram duas pessoas pertencentes ao seu núcleo e uma que pertence a outro núcleo ou rede externa.

O fluxo da rede de informações identificado está representado graficamente na figura 4.

Figura 4 – Fluxo entre os atores da rede de informação da Rede Ecológica



Fonte: Elaboração própria

São laços diretos quando dois nós (atores) estão diretamente ligados por uma interação específica. E entendidos como laços indiretos quando uma relação para existir, precisa que dois nós estejam conectados pelo compartilhamento de atividades ou recurso relevante (DIANI, 2003), em nosso caso, a informação. Para o autor, tanto ligações diretas quanto indiretas podem ativar um número de mecanismos, que por sua vez aumentam as chances e formas de participação.

Cabe ressaltar que cada núcleo significa o local onde são realizadas as entregas dos pedidos e possuem uma sub-organização em relação ao total da Rede Ecológica. A circulação da informação na rede depende de atores que se articulam com outros com abrangência maior. Pode-se dizer que o ator “Ebo” é central no que se refere aos contatos fora do núcleo a que pertence o respondente, pois teve 5 menções, das 15

Indicações de contatos. Um dos problemas nesse tipo de estrutura é que as possíveis falhas de um ator central podem refletir em toda a circulação da informação, sem contar com sua possível saída, que desestabilizaria o fluxo.

No que se refere ao intercâmbio de informações entre os núcleos de Santa Teresa e Botafogo, os atores “Oce” e “Nim” são os maiores responsáveis pela ligação existente, pois estão inseridos como contatos diretos entre atores dos dois núcleos. Além disso, muitos atores de Santa Teresa e Botafogo mantêm contato uns com os outros indiretamente, o que garante uma boa conexão entre os grupos. Isso pode ser explicado pela interação via comissões, ou seja, atores de mesma comissão e núcleos diferentes fazem com que haja a interlocução entre núcleos. Por outro lado, esse fato pode indicar uma segmentação da informação, pois, considerando que os documentos compartilhados e reuniões são acessíveis somente entre comissões, esses fatores podem dificultar o acesso ao que é trabalhado pelos demais membros da RE.

Alguns atores são fundamentais para que o fluxo de informação circule entre os núcleos da RE. “Cnc” e “Der” são centrais na troca de informações em seus respectivos núcleos, sendo que este último, entre os atores de seu núcleo, também se conecta mais com atores de outros núcleos.

Os contatos externos à RE foram incluídos, pois alguns atores justificaram serem estes contatos essenciais nos assuntos da RE, e como estamos tratando de redes, optamos por não desprezar esses dados. Somente “Xaa” e “Ali” não apontaram como prioritário a troca de informações com atores que não faziam parte de seu núcleo, mas sim atores que não pertencem à RE. Isso pode significar uma ponte para entrada de informações, porém, restrita ao núcleo a que pertence. “Egr”, “Paq” e “Duy” não indicaram contatos.

No que se refere à frequência de troca de informações na RE, representada pela espessura das linhas que conectam os atores, a média de menções foi para a opção “pelo menos 1 vez por mês”, independente do núcleo ou ordem dos outros atores indicados. Não houve nenhuma menção para a opção “pelo menos 1 vez ao ano”. Segundo Haythornthwaite (2009), a força das relações se refere à frequência, intensidade e a importância da troca entre os pares envolvidos, sendo que as situações de maior crise podem exigir frequências maiores, e vice-versa. Em outras palavras, a frequência das informações trocadas, assim como os demais dados da rede de informação, diz respeito

ao momento em que a pesquisa foi realizada, podendo os mesmos dados ser diferentes considerando o período e o contexto envolvidos.

6.6 Análise dos dados e Discussão

A seguir serão apresentados os dados obtidos com a observação e entrevistas e estes são discutidos com base nas premissas teóricas e metodológicas apresentadas.

6.6.1 Questões e desafios da Rede Ecológica

Considerando que a Rede Ecológica iniciou suas atividades em 2001, bem no início século XXI, esta pode ser apontada como um movimento da “Era da Informação”. A atuação deste grupo como movimento social se configura como parte das transformações no âmbito da ação coletiva deste período, apontadas por Melucci (1996).

De acordo com os entrevistados, o objetivo das ações da RE é a propagação de novos valores, principalmente os que estão associados à relação justa entre produtor e consumidor e o respeito à questão ecológica. Esse objetivo maior é colocado em prática por meio da compra coletiva. Os membros da rede estabelecem relações com os produtores, diferentemente do que acontece nas relações comerciais convencionais, em que há um distanciamento da realidade socioeconômica da produção de determinado produto e a substituição do mercado enquanto lugar de encontro de compradores e vendedores pelo *marketing*.

A RE expõe a preocupação ecológica dos movimentos de consumidores responsáveis, conforme apontou Cortez (2009). As premissas que indicam a convergência entre o consumo responsável e o movimento ecológico são apontadas por Cortez (2009, p.56): “(...) horizonte na justiça social e na sustentabilidade e o poder político adquirido pelos indivíduos seja consumidores, cidadãos ou pequenos produtores”.

Isso pode ser notado com o processo de entrada de um produto novo na planilha de pedidos, que pode levar algum tempo. A indicação por parte dos membros é então levada para sua aprovação, ou não. São debatidos os aspectos ecológicos e sociais de sua produção e a relação com a RE que devem ser levados em consideração, especificamente para o item indicado. Para a inclusão de novos produtores, alguns critérios pré-definidos pela RE são avaliados pelos membros. Devem ser de agricultura

familiar, orgânica e/ou agroecológica, e há uma preferência por coletivos, ou que sigam os princípios da Economia Solidária. Os assentos rurais do MST são valorizados, porém, existem alguns entraves para que o fornecimento de produtos ocorra sem problemas, pois não têm apoio governamental, são de localização difícil e por isso sua organização é mais complicada. Segundo uma entrevistada, *“Há uma simpatia por assentamentos, mas tem muitos problemas de organização para venderem para a RE”*.

De modo geral, essa rede é caracterizada como informal, pois os entrevistados declaram que em suas rotinas não assumem contratos formais ou outro modelo de ação legal. Inclusive, a questão da informalidade é levantada por alguns membros e tende, segundo declarado, gerar debates. Alguns entrevistados admitem que o caráter informal pode impedir a ampliação das relações de venda pelos produtores, considerando o fato da não emissão de nota fiscal, o que faz com que, os produtos (principalmente hortaliças ou os “frescos”) não possam ser vendidos à estabelecimentos que necessitam desse documento fiscal. Por outro lado, alguns entrevistados sinalizaram que o fato de a RE ser informal, é que garante o apoio à agricultura familiar. Para isso, são apontados os meios da autocertificação das fontes produtoras, sem a necessidade de passar por métodos institucionalizados de certificação e autorização de comercialização.

A certificação de produtos é apontada por Gedron (2004) como um dos grandes temas focados pelos NMSE. No entanto, a partir desta pesquisa exploratória, foi identificado que esse é um tema não consensual entre os GCR, já que por um lado, os selos são benéficos para os produtores, e por outro, podem acabar os excluindo, assim como fazem as agências sanitárias e os mecanismos legais de comercialização de produtos. Na Rede Ecológica, esse fato foi confirmado, pois enquanto alguns apontaram ser essencial a participação no SPG (Sistema Participativo de Garantia), outros indicaram que os esforços devem ser direcionados para visitas informais e baseada na confiança daqueles que garantem ser de produção agroecológica / orgânica.

Um grande desafio observado na pesquisa se refere à sustentação da RE como grupo de consumo responsável, sendo que suas atividades de compra coletiva são fundamentais para que se mantenha. De acordo com uma entrevistada, o número atual de núcleos é o que pode ser mantido pela estrutura atual da RE.

Sobre as estratégias de ação, foi mencionado que aumentar o número de adeptos em uma organização como a RE pode trazer determinados problemas. O volume de produtos, voluntários para organizar e a estrutura necessária para os mutirões e entregas

são elementos que podem não ser suficientes com um número maior de associados e ainda, sobrecarregar a única “central” que recebe e organiza os pedidos, comprometendo assim, a permanência da RE como grupo de consumo. A princípio a RE parece, com isso se distanciar da finalidade básica de um movimento social que é o de propagar suas causa em meio a sociedade e atrair novos adeptos. Entretanto, a RE se organiza de modo que essa propagação aconteça de maneira descentralizada, fomentando a autonomia dos novos grupos.

De acordo com um membro entrevistado, a ideia é que as pessoas interessadas nesse modelo criem uma outra “central” e novos núcleos em torno dela. Apesar de algumas tentativas, esta modalidade de organização ainda não se concretizou. Ou seja, a constituição de novos grupos é de grande interesse da RE, segundo entrevistada da comissão gestora. Além disso, outro membro entrevistado acredita não ser interessante um alto número de voluntários em atividades com perfil mais técnico ou voltado para a operacionalização da compra coletiva, pois outras comissões como acompanhamento de produtores e Sistema Participativo de Garantia poderiam ser fortalecidos.

Um ponto de controvérsia na RE é a questão da participação em sua gestão e organização. A maioria das pessoas entrevistadas enfatizou que mais do incentivar a compra coletiva dos produtos, a RE deve promover as formas de participação existentes relacionadas às suas atividades. Para essas pessoas, há uma gama de produtos fornecidos para RE e, por isso, necessitam de organização para cada um deles exigindo mais tarefas de acompanhamento dos produtores, número de pedidos que são realizados, separação dos produtos “secos” nos mutirões etc. Como a maior parte das atividades da RE é mantida por trabalhos voluntários, o associado deve ver como ele vai se inserir na RE por meio do trabalho, ou seja, que trabalho ele vai desenvolver para contribuir com o andamento da RE de acordo com suas habilidades / interesses pessoais e para que não seja uma tarefa “forçada”.

Foi observado que esse é um dos desafios enfrentados pela RE, pois mesmo com aproximadamente 200 associados, foi apontada pelos entrevistados a dificuldade para envolver os integrantes com as atividades exigidas para o bom funcionamento da RE, o que demanda um incentivo constante por parte dos membros mais ativos. Estas atividades podem acontecer por meio da inserção nas várias comissões que organizam o processo de compra coletiva e as atividades de representação externa como grupo de consumo responsável ou então, com o trabalho nos mutirões e entregas.

Alguns entrevistados afirmaram que acompanham a participação dos membros por meio de um “controle” das atividades desenvolvidas por cada um. Isso para evitar que membros apenas se associem e comprem os produtos orgânicos / agroecológicos vendidos para a RE e não se envolvam com suas questões, elemento este que a diferencia de uma feira de orgânicos convencional. Com outra perspectiva, um membro entrevistado apontou que a compra na RE pode ser uma maneira de educar para o consumo responsável e envolver mais famílias, que muitas vezes não tem disponibilidade para participar ativamente e acabam retirando a associação ou não se associando pelo fato de não poderem lidar com o compromisso que exige as atividades da RE.

Pode-se dizer que essa não é uma questão exclusiva da RE, pois o estudo dos grupos de consumo responsável no Brasil, realizado pelo Instituto Kairós (2011) aponta que os principais desafios apontados pelos movimentos desta natureza estão relacionados com logística, busca de viabilidade econômica e mobilização dos consumidores para além da compra, ou seja, com a participação na organização.

6.6.2 Tematização do consumo responsável na discussão pública

A estrutura da esfera pública local tratada no contexto comunicativo ganha projeção em outros níveis. As compras realizadas pela Rede Ecológica significam mais do que uma forma de encomendar produtos orgânicos e agroecológicos. Por meio da análise das cartas semanais, foi possível observar que a RE se mantém não só das atividades relacionadas à compra coletiva. O contexto em que ela se insere é sempre lembrado pelos e para os membros por meio do compartilhamento de petições públicas, eventos formais (feiras, palestras e workshops, por exemplo) e informais (manifestações e mutirões), experiências ligadas às formas de consumo responsável, entre outros.

Para Scherer-Warren (1996), os coletivos em rede e as rede de movimentos sociais se destacam como configurações propositivas de políticas públicas. A atuação política é também um objetivo da RE. Foi declarado nas entrevistas que a RE mantém contato com outros movimentos sociais que abastecem e captam da Rede Ecológica de informações sobre os temas que permeiam os interesses comuns. Conforme Melucci (1996), a estratégia de redes faz parte da ação dos movimentos sociais. São várias redes interligadas pela questão da agricultura urbana e agroecológica no Rio de Janeiro. Neste caso, os movimentos citados nas entrevistas na mobilização em torno da Agricultura

Familiar seguem diferentes níveis de atuação: A AS-PTA - associação de direito civil sem fins lucrativos que dá assessoria para a produção agroecológica em todo país, sendo que no Rio de Janeiro, o projeto desenvolvido é o da Agricultura Urbana – Essa organização faz parte da Rede de Agricultura Urbana, que, por sua vez, participa da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro que atua desde 1998 na integração organizações da sociedade civil do estado e utiliza metodologias participativas para a identificação, sistematização e mapeamento de experiências, com o objetivo de fortalecer as iniciativas agroecológicas.

Para Habermas (1997) a influência pública deve passar por formas institucionalizadas de formação de opinião e vontade. Por isso, consideramos que a principal forma de atuação como movimento social da RE se configura a partir de sua inserção no CONSEA-Rio. O CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – instalado em nível nacional no ano de 2003 é de caráter consultivo e não deliberativo. Segundo seu *site*¹⁰, este conselho

É um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. (...) Inspirado nas resoluções da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Consea acompanha e propõe diferentes programas, como Bolsa Família, Alimentação Escolar, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Vigilância Alimentar e Nutricional, entre muitos outros”.

No Rio de Janeiro, este conselho acontece tanto em níveis estadual quanto municipal. Segundo um membro entrevistado, as conferências municipais elegem delegados do Consea- Rio para o Consea estadual. Já as Conferências estaduais elegem delegados estaduais, que por sua vez, participam da Conferência Nacional do CONSEA.

A representante da RE no CONSEA é presidente da Câmara Temática Permanente (CTP) de “Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento”. E é no âmbito desta CTP que a RE dialoga com os movimentos citados.

A Rede Ecológica é membro do CONSEA – Rio desde 2010, estando na segunda gestão até março de 2014, com a inserção de uma representante e uma suplente na ocasião de abertura de vaga. São pelo menos cinco pessoas da RE que atuam nesta discussão, seja como representante oficial, suplente ou apoio. As discussões sobre os

¹⁰ Mais informações em: <http://www4.planalto.gov.br/consea>

temas específicos do CONSEA são tratadas por essas pessoas utilizando principalmente o *Skype* - tecnologia livre e gratuita, cujo objetivo é a conexão entre usuários por meio de voz, videoconferência ou mensagens de textos - considerando a distância física entre elas. Nos primeiros momentos de inclusão no conselho, os encontros presenciais eram bem frequentes. Segundo um membro entrevistado, *“É um grupo de pessoas que se consultam e se falam para o acompanhamento do Consea”*.

Segundo Habermas (1997), as trocas discursivas entre os participantes permitem que os argumentos e suas forças possam ser melhorados por serem submetidos a avaliações e críticas uns dos outros. As comissões existentes na RE formam os espaços de debate interno antes de serem levados aos outros participantes e dependendo da natureza da comissão, aos níveis externos à RE, com é o caso das comissões ligadas aos movimentos sociais.

Na “Comissão CONSEA” da RE existe um bom diálogo, tanto que entre as pessoas que representam e dão apoio, o intercâmbio de informações é mais intenso. Quanto à disseminação das informações, um membro entrevistado acredita que há uma falha no compartilhamento dos informes para o restante da RE, pois como essa é uma atividade muito intensa, existe a dificuldade de encaminhar para os membros todas as questões que são discutidas. No entanto, um outro membro entrevistado apontou que após as reuniões (que são externas às atividades da RE) as informações são repassadas para outro membro da mesma comissão e este repassa as informações por meio das cartas semanais, considerando que é o mesmo responsável por essa atividade na RE. Foi identificado pelas cartas semanais que as informações mais importantes concernentes à atuação no conselho são divulgadas por meio de relatórios e redação de tópico específico. Exemplo dado foram as oficinas realizadas pelo CONSEA que foram divulgadas pela carta semanal e contaram com a boa participação dos integrantes da RE (com 7, 8 pessoas em algumas delas).

O CONSEA monitora o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que determina que 30% da merenda escolar seja fornecida de iniciativas da agricultura familiar. Na perspectiva da RE, um dos desafios futuros é o de incluir nesta “cota” as experiências de produção agroecológicas. Conseguir que a meta indicada pelo Programa se cumpra e então, que seja agroecológica, é o motivo maior da inserção da RE no conselho.

Avritzer e Costa (2004) afirmam que em espaços como os conselhos, os temas são cristalizados e então, construído um discurso comum para atingir os poderes deliberativos. Uma das lutas dentro do CONSEA, apontada por um membro entrevistado, se dá em torno dos dispositivos burocráticos e de legislação, considerados um dos principais entraves para o apoio mais amplo à agricultura familiar. Para vender produtos destinados à merenda escolar, por exemplo, é preciso que o produtor apresente um documento comprobatório de que sua produção provém da agricultura familiar (chamado DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família). Porém, para um agricultor obter esse documento, inúmeras barreiras podem ser encontradas neste processo, principalmente nos ambientes urbano e periurbano da cidade do Rio de Janeiro, devido aos critérios descolados da realidade dos agricultores. Tanto que, até o fim de 2012, foram aprovadas apenas quatro, entre centenas de pedidos. No âmbito do CONSEA foi realizado um mutirão para auxiliar os produtores a conseguir esse documento. Segundo um membro entrevistado: *“A mudança da legislação deveria ser em torno de descolar a DAP do crédito. A lei já coloca um mundo de impedimentos, e você junta com o escritório local da EMATER que busca na lei todos os elementos para bloquear, em realidades em que obviamente é agricultura familiar, mas se pegar todos os critérios da lei, poucos vão conseguir”*.

O caminho seguido pelos coletivos do CONSEA para incluir a agricultura familiar nas políticas públicas se dá principalmente com a proposta de alteração do Plano Diretor do município do Rio de Janeiro. Para isso, é necessário construir uma exposição de motivos para que seja levada ao prefeito, o que demanda muita articulação com outros movimentos interessados e embates com outras Câmaras Temáticas no âmbito do CONSEA. E ainda, contam com OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), com profissionais interessados em Direito Agrário para revisar os documentos e orientarem para essa reunião com a prefeitura. Além disso, o contato com um vereador interessado na mudança do Plano Diretor pode encaminhar a solicitação para a Câmara dos Vereadores. As experiências de outros municípios, como Nova Iguaçu e Mesquita, que já alteraram o Plano Diretor de suas cidades em benefício da Agricultura Familiar, são também essenciais para o alcance dos objetivos pelos movimentos interessados.

A simplificação desta e outras leis é uma das aspirações da RE, pois ampliaria a venda pelos produtores familiares e agroecológicos, disseminando a cultura de consumo responsável em níveis mais abrangentes.

Na preparação para a Conferência Municipal do CONSEA que aconteceu em 2011, foram realizadas as pré-conferências regionais em que muitos grupos foram mobilizados. Foram realizadas cinco oficinas temáticas pela iniciativa da RE. Como desdobramento das oficinas, uma representante da RE, a partir de um projeto inicial da AS-PTA, ampliou a ideia e fez um mapeamento das experiências da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro, pensando na causa mais ampla da Agricultura Urbana e Segurança Alimentar. Segundo esse representante, não foi seguida nenhuma metodologia formal, sendo utilizado, basicamente, muitos contatos telefônicos. Como resultado inicial, foram identificados iniciativas que vão desde a compostagem¹¹ (que é o início e o fim) até culinária, como hortas medicinais, escolares e comunitárias, agroflorestas e ainda, experiências de consumo (a própria RE incluída) para citar alguns. No *blog* Agricultura Urbana Rio¹² está disponível tanto este mapeamento como outros documentos produzidos pelo GT Agricultura Urbana e Educação Alimentar. A proposta, segundo dois membros entrevistados é que haja um projeto para a atualização permanente desse material em uma plataforma *online*, mas encontrou um entrave a partir da criação de uma Secretaria Especial de Abastecimento e Segurança Alimentar na cidade do Rio de Janeiro que tem em suas diretrizes justamente essa atividade, o que impede de conseguir financiamento do CONSEA.

Segundo Habermas (1997) as estruturas comunicativas são capazes de institucionalizar os ecos captados do mundo da vida pela sociedade civil e transmitidos para a esfera pública. No caso da RE verifica-se que o CONSEA é representado tanto pelo governo, quanto pela sociedade civil, sendo que nessa última é onde a Rede Ecológica se inclui de modo a garantir que os problemas detectados pelos membros e articulados em seu interior, ganhem espaço no debate público.

Outra representação da Rede Ecológica se dá na Comissão de Produção Orgânica (CPOrg) – RJ, que é um organismo que congrega organizações

¹¹ “A compostagem é um processo biológico em que os microrganismos transformam a matéria orgânica, como estrume, folhas, papel e restos de comida, num material semelhante ao solo, a que se chama composto, e que pode ser utilizado como adubo” fonte: <http://www.ib.usp.br/coletaseletiva/saudecoletiva/compostagem.htm>
Blog do projeto: agriurbanario.blogspot.com.br

governamentais e não governamentais relacionadas à produção orgânica no estado do Rio de Janeiro e cujo objetivo é fomentar e regular essa atividade no estado. As ações da CPOrg são repassadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No momento, a representação principal da RE está vazia, contando apenas com um suplente.

Para além do município do Rio de Janeiro, existe o projeto de um núcleo da RE chamado “Quintais que produzem” que é uma das primeiras iniciativas de Agricultura Urbana em Niterói. Segundo um membro entrevistado, tudo começou com uma mesa de troca entre os integrantes do núcleo de Itaipu. Como muitas pessoas residem em casas nessa região, alguns integrantes cultivavam produtos em seus quintais o que acabou dando origem a esse projeto experimental com as trocas destes produtos. No fim do ano de 2012, já havia uma tentativa de ir um pouco além, objetivando estruturar a agricultura urbana dentro do município. Como primeiro passo, já foi realizado um levantamento das iniciativas de agricultura urbana no município, o que permite que esses produtores se conheçam e se tornem conhecidos pelos consumidores, aumentando assim suas possibilidades de comercialização e geração de renda. Considerando que o município de Niterói ainda não tem estrutura de apoio para esses produtores, esse projeto de agricultura urbana associada à questão ecológica e social da região, pode entrar na agenda pública com o seu desenvolvimento, pois é baseado na noção de Cidades Sustentáveis enfatizada por um membro entrevistado.

Foi observado a partir de entrevistas, que uma outra maneira de atuar a favor da Agricultura Familiar se materializa com o incentivo ao consumo de determinados produtos que apresentam dificuldades de serem comercializados em função de determinados contextos restritivos. Um dos exemplos citado por um membro entrevistado, se dá em relação aos queijos artesanais não-pasteurizados (como o Mantiqueira de Minas Gerais), que é impedido de ser comercializado formalmente no Brasil por não atender toda a legislação sanitária. Aproveitando a conexão de um dos membros com o movimento *Slow Food*, realizaram-se campanhas de incentivo ao consumo desses queijos artesanais esclarecendo que se trata de produções ecológicas, em que o processo produtivo do segue parâmetros “naturais” e de respeito ao ambiente natural. Para atender todos os ditames da legislação seriam perdidos também os seus valores culturais da produção, o que inclusive, fez com que os queijos mineiros Serro, da Canastra e Alto Paranaíba fossem tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional) como patrimônio imaterial do Brasil. Assim, os agricultores alegam que o custo de infra-estrutura para estar de acordo com toda a legislação é alto e impeditivo os produtores.

Esse tipo de situação fez com que a RE apoie um GT dentro do movimento *Slow Food* sobre essa questão do queijo artesanal. Esse movimento incluiu produtos com essas características nas planilhas de compra, aproveitando seu caráter informal que não exige nota fiscal e outros documentos.

A aprendizagem em torno do consumo responsável é uma característica fundamental que se conforma a partir do intercâmbio de informações entre os integrantes. Esse aprendizado é repassado a outros setores que se preocupam com as questões associadas à produção e consumo responsáveis. Muitos eventos são representados por integrantes da Rede Ecológica com o intuito de repassar as discussões que perpassam a RE e também absorver outras informações. Como exemplo de eventos externos, a Rede Ecológica participou em novembro de 2012, por meio da representação de um de seus integrantes, do “1º Seminário Agrotóxicos e Câncer”, realizado pelo INCA (Instituto Nacional do Câncer), Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Na mesa intitulada “O Risco dos Agrotóxicos para o Consumidor” um representante da RE expôs sua experiência enquanto consumidores de produtos agroecológicos / orgânicos. Esse tipo de atividade demonstra que além de gerar aprendizagem dentro da rede, esse conhecimento é disseminado para outros públicos.

A multisetorialidade, entendida como a convergência do ecologismo com outros tipos de movimento social e outros setores da sociedade (como a comunidade científica, empresariado etc.), caracteriza os movimentos ecológicos contemporâneos, segundo Jacobi (2000). Essa premissa é identificada na Rede Ecológica na medida em que o grupo está representado em fóruns públicos de temas transversais ao consumo responsável. O CONSEA, por exemplo, é considerado intersetorial, ou seja, atua em áreas de diferentes naturezas, mas se articula com a RE em torno das questões envolvendo a terra que abrange os quilombolas, comunidades indígenas, ou da fome com a pobreza no campo. Esse conselho permite múltiplas atuações, ou seja, muitos temas são levantados que perpassam vários setores e áreas do conhecimento.

A articulação entre diferentes tipos de saber no ecologismo é tratada por Leff (2001) e Aguiar (2007) que destacam a importância da interação entre o saber prático e

o especialista. Conforme apontou Carneiro e Portilho (2012) em um estudo envolvendo o perfil dos consumidores da Rede Ecológica, pelo menos 80% dos entrevistados da RE têm ensino superior completo e desses, 36,5% têm pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento. Considerando esses dados, entendemos que no interior da RE, conhecimentos produzidos em diferentes origens contribuem para compor o saber ambiental na esfera pública que atua, englobando tanto o saber prático quanto especialista.

Vale destacar que uma comissão foi montada a fim de acompanhar as discussões e decisões do *GT Rio +20*. Esse GT era composto por diversos movimentos sociais e ONGs que participaram da Cúpula dos Povos. A atuação da RE começou antes do evento da Rio +20 e fora da programação oficial, justamente pelo fato de a RE não estar de acordo com o rumo das discussões âmbito oficial. A RE manteve um *stand* na Cúpula dos Povos enfocando a questão do consumo responsável e apresentando sua experiência como Grupo de Consumo Responsável utilizando materiais impressos e audiovisuais, a venda de produtos da RE (caderno ecológico, camiseta e DVD do filme *Ser da Terra* - Documentário dirigido por Cecília Lang sobre a relação dos produtores do SerOrgânico - Grupo de Produtores Orgânicos de Seropédica – com a Rede Ecológica). O objetivo da participação foi o de divulgar sua experiência. Foi também assegurada a presença de membros da RE nos seminários temáticos e *workshops* que aconteciam na Cúpula dos Povos. A avaliação feita por um membro entrevistado sobre a participação da RE no evento, é de que houve boa circulação de pessoas no *stand* e que os eventos promovidos “foram gratificantes”. Sobre a troca de experiências, foi destacado o projeto de gestão comunitária apoiado pela CEPAGRO (Centro de Estudos de Agricultura em grupo) de Santa Catarina chamado “Revolução dos baldinhos”, que é baseado na gestão de resíduos e de produção de fertilizante natural que viabiliza o plantio de alimentos por meio de agricultura urbana, beneficiando mais de 200 famílias.

Também no *stand* da Rio+20 os membros aplicaram um questionário junto a visitantes da Pegada Ecológica¹³. De acordo um membro entrevistado, esse mesmo questionário costuma ser aplicado anualmente com membros da RE para que eles

¹³ Desenvolvida pela WWF, a Pegada Ecológica é, segundo a ONG, “uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais”. Individualmente, o questionário avalia o impacto do estilo de vida para o ambiente natural.

próprios avaliem suas ações e ainda saibam qual são os impactos de suas ações de consumo para o ambiente natural. A ideia atualmente é que o grupo que coordena esse projeto faça uma avaliação por núcleo da RE, identificando assim as áreas deficientes para então propor ações de conscientização. O desejo de membros entrevistados, é que esse índice abaixe individualmente e então, que a pegada geral da RE seja a menor possível.

Considerando a forma de atuação em rede da RE, Scherer-Warren (1996), aponta que as redes de movimentos sociais fazem com que haja um diálogo entre movimentos-dos sem terra, indígenas, camponeses, feministas, ecologistas, economia solidária etc., “traduzindo suas especificidades em sentidos comuns da luta de resistência antisistêmica”. Com essa perspectiva, é possível verificar que, em que pesem as questões específicas de diferentes movimentos, eles apresentam áreas de convergência para uma visão de mundo mais igualitário, mais saudável, e mais justo.

Nessa direção, a problemática do consumo responsável na RE é uma tentativa de propagação de um modelo de consumo baseado na justiça social e ecológica e na solidariedade. Em paralelo, há também uma articulação com outros movimentos que defendem questões associadas aos temas da RE, como a defesa da agricultura familiar, urbana, orgânica e agroecológica (com Rede de Agricultura Urbana, Articulação Rio Agroecologia), segurança alimentar (Consea e CPOrg), pela terra (Assentamentos do MST) e ecogastronomia (com *Slow Food*).

A partir do exposto, podemos entender que além de consumir de outra maneira, os membros da Rede Ecológica fazem parte das tentativas de pressão da sociedade civil organizada em torno de regulamentação contra os agrotóxicos, a favor da agricultura urbana, agroecologia e produção de orgânicos. Além de seu posicionamento em questões que vão desde a disputa por territórios até a solidariedade urbana.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na mesma sociedade de consumo em que há o sentimento de insatisfação e busca incessante pela felicidade por meio da atividade do consumo, existem grupos e indivíduos que contrariam essa lógica e trabalham para a construção de uma sociedade com valores diferentes, na lógica do consumo responsável. Se o processo do consumo baseia-se em uma linguagem, carregada de símbolos que abastecem as relações sociais contemporâneas, os movimentos anti-consumo exigem uma outra linguagem, que estabeleça que uma nova forma de consumir é necessária.

O objetivo principal deste trabalho foi trazer para a reflexão uma experiência desse tipo alternativo de consumo e, para isso, se propôs a analisar o funcionamento da Rede Ecológica, utilizando como investigação os problemas de informação pertinentes às redes sociais.

As lacunas conceituais entre as nomenclaturas utilizadas para tratar dos movimentos de consumidores com postura crítica em relação ao ato de consumir, geram limitações na categorização segundo seus princípios, estratégias e organização. Muitas vezes, cada elemento destes são influenciados por concepções diferentes. Em nosso caso, os princípios da Rede Ecológica eram claramente baseados na Economia Solidária. Enquanto as estratégias e organização seguiam às orientações fornecidas pela literatura do chamado “consumo responsável”.

Com o levantamento prévio dos grupos de anti-consumismo ativos no Brasil foi possível verificar que este tipo de atuação em relação ao consumo é relativamente escassa, mas ainda assim, identificou-se uma tendência à propagação e consolidação desses grupos.

As práticas de consumo responsável estão direcionadas à reflexão das influências do consumo para o contexto ecológico, social e econômico que as envolvem. Para isso, os atores alcançam o entendimento mútuo por meios racionais em suas relações, que definem o modo de agir coletivamente sobre este aspecto. O arcabouço teórico oferecido na literatura e a pesquisa realizada no âmbito dessa dissertação mostram que a atuação dos Novos Movimentos Sociais Econômicos são baseados nas disputas entre a Sociedade Civil e o Mercado. Na atuação da Rede Ecológica, a compra coletiva representa a formação de um mercado alternativo e informal voltado para satisfação dos valores e princípios desse grupo social.

A partir dos dados analisados, foi evidenciado que, na Rede Ecológica, o processo de consumir não é um ato isolado e sim uma ação coletiva que visa refletir e agir em prol do consumo responsável.

A noção de informação construída socialmente permitiu ilustrar a interação entre atores que atuam em rede com um objetivo comum. Em nosso caso analisado, o de formular estratégias para a prática do consumo responsável e sua difusão para outros públicos.

A Compra Coletiva é a forma que estas estratégias se materializam. Por meio dela, os membros se organizam em um sistema que forja um mercado alternativo aos convencionais (com grandes redes de supermercados e indústrias). É também a partir das compras coletivas que a RE é reconhecida enquanto grupo de consumidores nos fóruns de discussões públicas, nos quais apresentam o seu ponto de vista.

A organização complexa que envolve o processo de compra coletiva pode ser um entrave para que novas “centrais” sejam criadas, dificultando esta intenção da Rede Ecológica, conforme relatos de membros entrevistados.

A análise realizada do fluxo de informações entre integrantes de um núcleo permitiu conhecer qual o caminho percorrido pela informação e quem eram os atores que facilitavam sua circulação. Com isso, foi demonstrado que as funções de organização da compra coletiva levavam os indivíduos a refletir sobre os processos que envolvem a produção e consumo responsáveis.

Ainda segundo esta análise, há alguns atores-chave que fazem com que a informação circule mais facilmente na rede. Com a maior integração entre os atores-chave pode-se notar que as informações não circulam restritas a um círculo social, o que, do ponto de vista da dinamização dos temas, seja mais benéfico.

A conexão entre os núcleos analisados ficou evidente, o que reafirma ser possível a organização da Rede Ecológica com base em atores fisicamente distantes (considerando que são vários bairros da cidade do Rio de Janeiro e outros de Niterói e Seropédica). Esta conexão é facilitada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, pois foi observado que estas ferramentas são utilizadas de maneira fundamental para que a operacionalização da compra coletiva e para a efetiva integração entre os membros.

Em direção à ampliação do significado da compra coletiva para o caso analisado, foram apresentadas algumas representações pela Rede Ecológica em conselhos,

comissões e eventos sobre temas de interesse como grupo de consumidores críticos em relação ao contexto de produção dos produtos comercializados. Para isso, foi levado em consideração que a participação de atores nas discussões públicas é antecedida pelos fluxos comunicativos gerados no mundo da vida. Analisar de que forma as informações se estabelecem permitiu a visualização do processo de tematização pela sociedade civil. A pesquisa mostrou que o contato com organizações e movimentos com temas convergentes ao do anti-consumismo fazem com que o conhecimento, gerado em outros segmentos, circule entre os integrantes da RE e o ambiente externo.

Como futuros desdobramentos dessa pesquisa sugere-se uma ampliação da pesquisa para um número maior de redes e movimentos de consumo no Brasil, bem como a um maior aprofundamento das relações entre os diversos grupos organizados em torno do anti-consumismo. Uma perspectiva que poderia ser adotada em trabalhos futuros seria em relação aos processos de aprendizagem coletiva em torno das experiências de consumo responsável. Além desta, o foco em outros grupos com estratégias distintas das Rede Ecológica, como as feiras de trocas, cestas de compras, venda de produtos etc.

Com a possível análise dos processos de comercialização orgânica / agroecológica, tomando como base o ponto de vista dos produtores, poderíamos conhecer as verdadeiras motivações destes atores na questão do consumo responsável. Se, por exemplo, há sintonia com os princípios dos consumidores responsáveis ou se os produtores seguem uma lógica própria desconectada da relevância social e ecológica que este tipo de produção pode ter.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v.68, n.24, p.103-119, 2010.

AGUIAR, S. Conhecimento e saberes socioambientais: o papel dos “contra-especialistas” nas redes de ONGs e movimentos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro, ANCIB, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT3--112.pdf>

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 out. 2012.

ALTVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, V. 47, n. 4, p. 703-728, 2004,.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1975.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo. A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BARTHÉLÉMY, Martine, **Associations: un nouvel âge de participation?**, Paris, Presses de Sciences Po, 2000.

BORGATTI *et.al.* Network analysis in the social sciences. **Science**, Nova York, v.323, p.892-895, Feb. 2009.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CAPURRO, Rafael. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EN TEORIAS DE LA INFORMACIÓN: UN ENFOQUE INTERDISCIPLINAR, 1., 2008, León. [**Anais...**]. León: Proycto: BITrum, 2008

CARNEIRO, C.B.M; PORTILHO. F. “*Causumers*” – o perfil de consumidores de produtos orgânicos da Rede Ecológica (RJ). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 6 e ENCONTRO LUS-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO, 2, [**Anais...**], Rio de Janeiro, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHENAIS, François. Alguns marcos teóricos e políticos para a construção de uma postura ecológica revolucionária. In: LENA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Orgs). **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.157-170

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Civil society and political theory**. Cambridge: MIT Press, 1992.

CORTEZ, A.T. Consumo e desperdício: as duas faces da desigualdade. In: ORTIGOZZA, S.A.; CORTEZ, A.T (Orgs). **Da produção ao consumo**: dinâmicas urbanas para um mercado mundial. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009

DIANI, Mario. Social movements, contentious actions, and social networks: "From metaphor to substance?". In: Diani, Mario; McAdam, Doug (Ed.). **Social movements and networks**: relational approaches to collective action. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FEIDEN, A.; FONSECA, M.F.; ASSIS, R.L. Rede Agroecologia Rio: análise crítica de uma ação integrada entre instituições públicas e privadas. In. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1, Indaiatuba, SP: 2002 (6 a 9 de nov.). **Anais...**Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Alberto%20Feiden.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.

FURNIVAL, A. Chloe. Dimensões culturais do consumo: reflexões para pensar sobre o consumo sustentável. In: CINQUETTI, H. C.S.; LOGAREZZI, A. (Orgs). **Consumo e resíduo**: fundamentos para o trabalho educativo. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

GEDRON, Corinne; TURCOTTE, Marie-France. **Mouvements sociaux économiques et gouvernance** : une nouvelle structuration du marché? [Montréal] : Chaire de responsabilité sociale et de développement durable, ESG, UQÀM, 2006.

GEDRON, Corinne. **Un nouveau mouvement socio-économique au coeur d'une autre mondialisation** : Le commerce équitable . [Montréal] : Chaire de recherche du Canada en développement des collectivités (CRDC), Université du Québec, 2004.

GEORGE, Éric. Des pratiques communicationnelles et des lieux du pouvoir. In: CONGRÈS NATIONAL DES SCIENCES DE L'INFORMATION ET DE LA COMMUNICATION, 13., 2002, Marseille. **Les recherches en information et communication et leurs perspectives**. Marseille: Société Française Des Sciences de L'information Et de La Communication (sfsic), 2002. p. 265 - 272.

GOHN, Maria G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, María Nélide. Desafios contemporâneos da Ciência da Informação: as questões éticas da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO, 10, 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB; UFPB/PPGCI, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2002.

HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. **Introduction to social network methods**. Riverside, CA: University of California, Riverside, 2005. Disponível em < <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/> > Acesso em: 23 abr 2012.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2009.

HAYTHORNTHWAITE, C. Social networks and information transfer In: BATES, M.; MAACK, M. (Org.). **The Encyclopedia of Library and Information Science**. NY: Taylor & Francis, 2009.

INSTITUTO KAIRÓS. **Consumo como intervenção**: um olhar sobre as experiências de consumo coletivo no Brasil. São Paulo: O instituto, 2010.

_____. **Organização de grupos de consumo responsável**. São Paulo: O instituto, 2011. (Caminhos para prática de consumo responsável, n.1)

ISSBERNER, Liz-Rejane. Informação e conhecimento em redes produtivas: capacitação para o uso sustentado da biodiversidade. In: ENCONTRO NACIONAL EM PESQUISA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO,8, 2007, Salvador. **Anais...**Rio de Janeiro: ANCIB, 2007.

_____. Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentado em pequenas comunidades: a certificação de produtos para mercados alternativos. In: ENCONTRO NACIONAL EM PESQUISA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO,9, 2008, São Paulo. **Anais...**Rio de Janeiro: ANCIB, 2008.

JACKSON, Tim. **Prosperity without growth**: economics for a finite planet. Londres: Earthscan, 2009.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação das práticas coletivas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 34, n. 6, p. 131-158, 2000.

HEMPF, Hervé. As desigualdades, motor da crise ecológica. In: LENA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (Org). **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.229-234

LEFF, Henrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001

LÖWY, Michael. Crise ecológica e crise de civilização: a alternativa eco-socialista. In: LENA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (Orgs). **Enfrentando os limites do**

crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 147-156.

MANCE, E. Consumo solidário. In: CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.44-49.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTELETO, R.; RIBEIRO, L.B.; GUIMARÃES, C. Informação em movimento: produção e organização do conhecimento nos espaços sociais. **Civitas** Revista de Ciências Sociais, junho, v.2, n.1, p-68-80, 2002.

MARTELETO, Regina Maria. Redes Sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.3, n.1, p.27-46, jan./dez. 2010.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes:** collective action in the Information Age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 74, n. 26, p.51-64, 2012.

NEGRI, A.; COCCO, G. **Global:** biopoder e lutas em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEWMAN, M.; BARABÁSI, A.; WATTS, D. **The structure and dynamics of networks**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

NICHOLLS, A.; OPAL, C. **Fair Trade:** market-driven ethical consumption. Londres: Sage, 2006.

OLIVEIRA, Sandra. **Consumo responsável:** questões, desafios e guia prático para um futuro responsável. Lisboa: Cores do Globo, 2007.

ORTIGOZZA, S. A. Da produção ao consumo: dinâmicas urbanas para um mercado mundial. In: _____; CORTEZ, A.T (Org). **Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PNUD. Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento Humano. **Relatório de Desenvolvimento Humano**, 2011.

PORTILHO, Maria de Fátima. **O discurso internacional sobre consumo sustentável: possibilidades de ambientalização e politização da esfera privada** (Tese de doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003.

_____. **Consumo “verde”, democracia ecológica e cidadania: possibilidades de diálogo?**, 2007. Disponível em: <<http://rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm>>. Acesso em 02 dez 2011

_____. **Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. Política e Sociedade**, v.8, n.15, out 2009.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2.ed. Porto Alegre: Sulinas, 2011

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais**. 2006. Disponível em: <[xa.yimg.com/.../Das+Ações+Coletivas +às+Redes+de+ Movimentos + Sociais.pdf](http://www.yimg.com/.../Das+Ações+Coletivas+às+Redes+de+Movimentos+ Sociais.pdf)>. Acesso em 15 jan 2012.

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SCHNEIDER, J.W. **Pesquisa mundial de comércio justo**. Brasília: SEBRAE, 2007.

SCHUTZ, A.; WAGNER, H. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. (Coletânea de textos de Alfred Schutz)

SUSTAINABLE EUROPE RESEARCH INSTITUTE (SERI); GLOBAL 2000; Friends of the Earth Europe. **Overconsumption?: Our Use of the World's Natural Resources**; Janetschek: Heidenreichstein, Austria, 2009.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, Paulo de Tarso Costa. Metodologia de análise de redes sociais. In: MULLER, Suzana P.M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

SAURUGGER, Sabine. Representative versus participatory democracy? France, Europe and civil society. Paper presented at the **ECPR Joint Sessions of Workshops**, Sweden: University of Uppsala, April 13-18, 2004. (Work in progress).

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

VEIGA, José Eli da; ISSBERNER, Liz-Rejane. Decrescer crescendo. In: LENA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (Orgs). **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, p. 107-134. 2012.

VERENHITACH, G. D. Comércio justo: O terceiro setor como ator social na consolidação de práticas alternativas de comércio. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2. **Anais**..Florianópolis: UFSC, 2007.

VICTOR. Peter. **Managing without growth**: slower by design, not disaster. Toronto: Edward Elgar, 2008.

VIEIRA, Liszt. Sociedade civil e espaço global. **São Paulo em Perspectiva**, v.10, n.4, p. 107-119.1996.

VIOLA, Eduardo J. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.1, n.3, Fev. 1987.

WELLMAN, Barry; BERKOWITZ, S.D. (Org). Social structures: a new approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WERSIG, G.; WINDEL, G. Information Science needs a theory of "Information Action". **Social Science Information Studies**, v.5, p.11-23,1985.

WWF. **Relatório Planeta Vivo 2012**: a caminho da Rio+20. Disponível em: http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/relatorio_planeta_vivo_sumario_rio20_final.pdf. Acesso em: 20 out 2012.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS INDICADOS PELA REDE DE INFORMAÇÃO DA REDE ECOLÓGICA

Nome

Núcleo

Comissão

Mês / Ano de Associação:

Como conheceu a Rede Ecológica?

- ☐ Amigo ou parente
- ☐ Internet
- ☐ Jornal ou revista
- ☐ Outro

Identifique até 3 pessoas e seus respectivos núcleos da Rede Ecológica com quem troca informações sobre os temas indicados a seguir

As próximas questões são relacionadas.

Pessoa 1 _____

Conteúdo das informações trocadas

- ☐ Organização de atividades da compra coletiva
- ☐ Problemas ambientais / sociais do Brasil e do mundo
- ☐ Informe sobre reuniões e/ou conselhos públicos que envolvem a RE
- ☐ Práticas de consumo responsável
- ☐ Representação da Rede em eventos relacionados

Forma de contato (Meios utilizados para tratar dos assuntos acima)

- ☐ Emails
- ☐ Telefone
- ☐ Pessoalmente
- ☐ Redes Sociais
- ☐ Outros

Frequência

- ☐ Diariamente
- ☐ Pelo menos 1 vez por semana

- Pelo menos 1 vez por mês
- A cada 2 ou 3 meses
- Pelo menos 1 vez por ano

Pessoa 2 _____

Conteúdo das informações trocadas

- Organização de atividades da compra coletiva
- Problemas ambientais / sociais do Brasil e do mundo
- Informe sobre reuniões e/ou conselhos públicos que envolvem a RE
- Práticas de consumo responsável
- Representação da Rede em eventos relacionados

Forma de contato (Meios utilizados para tratar dos assuntos acima)

- Emails
- Telefone
- Pessoalmente
- Redes Sociais
- Outros

Frequência

- Diariamente
- Pelo menos 1 vez por semana
- Pelo menos 1 vez por mês
- A cada 2 ou 3 meses
- Pelo menos 1 vez por ano

Pessoa 3 _____

Conteúdo das informações trocadas

- Organização de atividades da compra coletiva
- Problemas ambientais / sociais do Brasil e do mundo
- Informe sobre reuniões e/ou conselhos públicos que envolvem a RE
- Práticas de consumo responsável
- Representação da Rede em eventos relacionados

Forma de contato (Meios utilizados para tratar dos assuntos acima)

- Emails
- Telefone
- Pessoalmente

- Redes Sociais
- Outros

Frequência

- Diariamente
- Pelo menos 1 vez por semana
- Pelo menos 1 vez por mês
- A cada 2 ou 3 meses
- Pelo menos 1 vez por ano

ANEXO A – REPORTAGEM JORNAL “O GLOBO” SOBRE A REDE ECOLÓGICA

Sábado, 23 de maio de 2009

O GLOBO

NITERÓI • 3



ASSOCIADOS do núcleo de Niterói no dia da entrega dos itens no Aurelino Leal



NA VÉSPERA do envio das encomendas, um mutirão de membros da associação organiza, no Rio, a distribuição dos produtos orgânicos para cada um dos núcleos de compradores



DRAGONE, associado e fornecedor da Rede, produz pães com a família

Compra saudável

Com núcleos no Rio e Niterói, a Rede Ecológica promove o consumo de orgânicos

Gabriela Temer e Fabíola Gerbase
gtemer@oglobo.com.br e
fabiola.gerbase@oglobo.com.br

A necessidade de abastecimento da casa da pedagoga Rosângela Laranja raramente significa uma visita a um supermercado. Todo mês, as compras dela e de outros dez moradores de Niterói formam uma lista única, encaminhada diretamente a produtores de alimentos de diferentes estados brasileiros. Depois de organizadas, as encomendas são entregues aos participantes, normalmente no primeiro sábado de cada mês, no Colégio Estadual Aurelino Leal. No mesmo momento, consumidores de outros sete pontos do Rio de Janeiro, além de Seropédica, recebem dos mesmos fornecedores os

itens de suas listas, também elaboradas em grupo. A inovadora forma de consumo é parte da proposta da Rede Ecológica, integrada por cerca de 160 famílias que adquirem produtos orgânicos direto da fonte.

— Além de os preços serem bem mais em conta, a variedade de produtos é muito maior. O mais encantador, porém, é a filosofia da rede — explica Rosângela Laranja, que ajudou a fundar o núcleo de Niterói.

A Rede Ecológica existe no Rio de Janeiro desde 2001. Em Niterói, o primeiro núcleo foi estabelecido em setembro do ano passado. Começou com três pessoas, depois passou para nove, e hoje são 11. Não são muitos, mas já é um começo. Para participar, os consumidores pagam uma contribuição de R\$ 30, para remunerar os

entregadores, e adquirem os insumos pelo preço do produtor. Numa ponta, eles compram produtos frescos (vegetais em geral) e secos (como arroz, café e feijão) mais saudáveis para o consumo; na outra, ajudam a criar um planeta sustentável.

Uma das criadoras do primeiro núcleo da rede, estabelecido na Urca, no Rio de Janeiro, a educadora e psicóloga Miriam Langenbach destaca que, além de suprir parte das necessidades de consumo dos associados, a Rede Ecológica apoia pequenos agricultores preocupados em não agredir o meio ambiente. Segundo Miriam, o grupo procura ajudá-los a resolver o problema de escoamento dos alimentos cultivados.

— A situação do pequeno produtor é preocupante. Procuramos garantir

condições de trabalho dignas para essas pessoas. Nosso lucro é ter um alimento saudável, sem agrotóxicos. As compras coletivas são o carro-chefe da rede, mas também promovemos o agroturismo, com visitas aos produtores. A convivência é importante — explica a educadora.

As encomendas de produtos frescos são feitas majoritariamente a agricultores do estado do Rio, de locais como Seropédica, Itaboraí e Brejal. Entre os parceiros, há produtores e cooperativas de Niterói, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Acre e Rondônia. Um deles é niteroiense Ricardo Mendez Dragone, que além de consumidor associado, produz pães artesanais. O alimento é feito artesanalmente com produtos comprados de outros fornecedores da Re-

de Ecológica, que por sua vez compram os pães de Dragone.

— É uma oportunidade de fazer algo que para mim é importante, que começa com uma ação egoísta de garantir uma alimentação absolutamente sadia para a minha família, e se amplia para uma visão ecológica e de sustentabilidade. Na rede, não usamos plástico para embalar os produtos, nem insumos artificiais. A ideia é viver melhor — explica ele, que começou fazendo pães como terapia.

Para aderir à associação, o contato é pelo e-mail <redeecologica-niteroi@gmail.com>. ■

O GLOBO NA INTERNET

► Aprenda a preparar grãos germinados em casa
oglobo.com.br/bairros